



# JORNAL DE DEBATES

RIO-SÃO PAULO - 28/3 a 3/4 de 1973 - ANO XXIII - Nº 6 - Cr\$ 2,00

## ITAIPU, AS DIVERGÊNCIAS

**Limeira Tejo :  
Nossa geografia  
é desatualizada**

**Metrô-GB : apenas  
dois buracos que  
consomem rios de  
dinheiro do povo**

**Truste também  
manipula preços  
dos remédios**



Para o atual governo argentino o Brasil deve comunicar com bastante antecedência os detalhes técnicos da hidrelétrica de Itaipu. Eles defendem o acordo de Nova York sobre o assunto. Mas oficiosamente sabe-se que o Brasil não concorda com tal pretensão. O atual governo argentino, entretanto, está de saída. E os peronistas que entram deram um aviso: não concordamos com o Itaipu. O certo é que por trás da hidrelétrica há uma briga maior.

**Prior Profano  
faz estréia no  
Jornal de Debates**

## CONGRESSO DECEPCIONA



**N**o mundo de hoje, é no Brasil — entre os países em metamorfose — onde ocorre o mais violento processo de ruptura, já se tendo tornado um surrado clichê a afirmação de que a nossa crise é “diferente”: um fenômeno que não pode ser explicado à luz das teorias conhecidas. A verdade mesma é que nunca houve o caso de uma economia nacional que se tivesse desenvolvido segundo leis estabelecidas por outras experiências, uma vez que cada organismo possui uma constituição específica, uma intrínseca ordem de valores e uma íntima conjunção de necessidades, além de que cada época lança os seus próprios desafios.

O objetivo das atividades econômicas pode ser um só, em qualquer tempo e nos mais diversos lugares: o bem-estar coletivo, material e social. Mas não existe um caminho único para chegar-se às soluções, de modo que — na hora de planejar — o importante é descobrir o que existe de peculiar a levar em conta, pois não há leis gerais que sejam válidas em todas as épocas e para todos os países.

Daí o artifício das “províncias ideais” de que lança mão a Economia Pura para a formulação científica de conceitos, princípios e relações. Não se pode esperar, aliás, que uma mesma roupa se ajuste a homens de diferentes estaturas. O “tamanho único” das meias modernas foi o máximo a que se chegou em matéria de elementarização do vestuário. E isso se conseguiu não apenas porque foi descoberto que, sem deformar-se, dilata-se e se contrai de acordo com a medida do pé e sim, principalmente, porque o pé é uma pequena parte do corpo.

Em Economia, da mesma forma, tratando-se de reduzidas seções geográficas — como a Suíça, a Dinamarca, Israel, etc. — ainda é possível fazer as coisas partindo de um modelo teórico. Mas, numa área continental como a do Brasil — dentro da qual se agrupam, de fato, muitos países — o problema de promover o desenvolvimento por um “ato consciente” jamais pode ser posto em termos de generalização. Politicamente, é certo, somos uma unidade. Dentro do nosso território, no entanto, diversos são os níveis de progresso, diferentes as fisionomias sociais e as fixações étnicas de muitas regiões, várias as trilhas seguidas pela história. Assim, um só povo se distribui por muitos meios físicos e províncias de experiência humana.

**E**o império brasileiro um aglomerado de regiões geoeconômicas, cada uma se desenvolvendo de acordo com condições particulares. Essa observação sobre a pluralidade de rit-

mos e de linhas de cristalização do processo de formação e expansão do nosso mundo leva imediatamente à seguinte conclusão: sendo de diferentes ímpetus o avanço nas diversas frentes da nossa civilização, os seus quadros são forçosamente distorcidos, quando analisados e medidos como os de um só fenômeno.

Realmente, reduzindo-se a um único compasso os vários movimentos estatísticos da evolução do País — agrupando-se numa série os elementos de muitas — diluem-se os traços mais fortes e surgem outros onde não existe o menor sinal de história. A determinação dessas grandezas médias gerais equivale, portanto, a serrar as chaminés paulistas a um palmo acima da base para levantar outras — de dez centímetros de altura — em todos os cantos do território, inclusive na selva amazônica.

É lógico que não se pode conceber — a não ser emocionalmente — um plano de expansão econômica com apoio num quadro tão irrealístico. Constituindo esse plano uma verdadeira intervenção no processo de uma civilização que tem um continente por teatro, o seu espírito deve ser o mesmo de uma estratégia militar. Isto é, os objetivos máximos devem ser estabelecidos em função dos recursos e instrumentos que se conseguir mobilizar em cada setor da ofensiva. Impõe-se, portanto, uma coordenação das diversas frentes de batalha, organizando-se a movimentação do dispositivo de modo a que a distensão das pontas-de-lança alivie a pressão sobre os flancos e permita que as bases também avancem.

As alas só poderão progredir na medida em que o inimigo vá cedendo nos pontos de maior penetração, sendo inútil — mesmo desastrosa — qualquer tentativa para abrir o leque antes que a vanguarda atinja o coração da resistência adversária. Isto é, será sempre vão o esforço no sentido de obter-se que as diversas regiões brasileiras — em diferentes estágios de desen-

volvimento — se desloquem independentemente dos resultados alcançados nas áreas avançadas do sistema de produção. E será simplesmente insensato, de outra parte, encurtar o front, promovendo o recuo dos escalões adiantados, a fim de dar tempo a que os mais atrasados os alcancem.

**O** princípio básico de uma teoria do desenvolvimento brasileiro reside na compreensão de que o adiantamento de São Paulo, por exemplo, é apenas a mais alta das ordenadas em que se apóia a curva do crescimento de todo o País. Qualquer política, portanto, que seja de “salvação regionalista” cortará as pernas mais compridas da ofensiva geral e não alargará as mais curtas, como aconteceu no Nordeste durante dezenas de anos, quando os planos de combate às secas — que acabaram se transformando numa “indústria” dos caciques políticos — não levavam em conta o fato de as vicissitudes dessa área serem “um problema nacional”.

Tendo o Brasil de invadir o próprio território, terá de ser intensificado o progresso das bases de onde partirá a invasão, mesmo com o risco do aparecimento de um imperialismo interno, de vez que existe um perigo maior: o de nos tornarmos presa, definitivamente, dos esquemas bonapartistas do capitalismo internacional. Não é de esperar-se, naturalmente, que uma ação de tal envergadura — com a sua clara ameaça à manutenção do status quo — entusiasme o poder econômico semicapitalista, que teme mais ao capitalismo do que ao comunismo. A este, por ser “contrário à índole do povo” — um estado-de-espírito forjado por uma longa compressão social — será sempre possível enfrentar com medidas de repressão policial. Mas não se poderá tratar como subversivas as aberturas da burguesia industrial que — simplesmente para alargar o mercado de manufaturas — bate-se pela reforma agrária. Mas, para não incorrerem no

simplismo das tentativas feitas até agora, o nosso esforço de penetração terá de partir do conhecimento da essência da nossa civilização e da exata definição das suas linhas de cristalização. Salta logo aos olhos, por exemplo, que a integração do nosso império exige, antes de tudo, que façamos uma revisão da geografia política brasileira, pois os atuais Estados se formaram — quase sem modificações — de acordo com a divisão colonial em Capitanias. E essa divisão obedeceu a critérios geopolíticos e não geoeconômicos.

**N**ão é, porém, de fácil execução a tarefa de rearranjar o mosaico político. Embora ainda se possa subdividir, com relativa tranquilidade, as áreas vazias do norte e do oeste, uma modificação racional da fisionomia federativa — que afetaria, forçosamente, o status de muitas das atuais províncias — provocará verdadeira explosão dos sentimentos regionalistas. A própria ditadura do Estado Novo, que aboliu a autonomia estadual e queimou publicamente os seus símbolos, não teve força para ir além da criação de umas poucas marcas fronteiriças — e apenas para garantir, em termos meramente militares, a inviolabilidade do território nacional.

De outra parte, a Federação nunca existiu nos termos em que têm sido lamentados os atentados ao seu princípio. Além de o sistema federativo haver sido adotado à margem de toda a experiência histórica brasileira, criaram-se novas condições — principalmente de natureza econômica — que tornaram o seu funcionamento uma farsa. As novas pressões sociais fizeram com que aumentassem os custos da administração pública muito antes de as receitas estaduais poderem cobri-los.

A inflação, depois, acelerou o processo de vassalagem, ficando os Estados na dependência financeira do governo central, que pode imprimir dinheiro para socorrê-los. Com a exceção de São Paulo, todas as outras províncias vivem de chapéu na mão, fazendo fila diante dos guichês do Tesouro Nacional. Além disso, tornaram-se mais agudos os problemas da interdependência regional da nossa economia, exigindo a adoção de planos globais de desenvolvimento.

Com a geografia política que temos, jamais poderemos pretender que o País cresça harmoniosamente. Embora isso nos custe o descartar de velhas e caras idealizações, temos de partir — quanto antes — para uma nova divisão territorial e adotarmos um novo, mais elástico e prático conceito do convívio federativo.

## Geografia desatualizada

LIMEIRA TEJO



# O último liberal

Os entrevistadores de Playboy, mostrando estranheza diante do fato de os economistas nunca se entenderem — apesar da crescente influência que exercem sobre a vida de todo mundo — perguntaram a Friedman por que as opiniões se conflitam tanto no debate de problemas que parecem tão simples. A resposta foi a de que a imprensa só noticia as divergências. E lembra que os jornais não deram uma linha sobre a coincidência dos seus pontos-de-vista com os de Galbraith a respeito de tarifas aduaneiras e mobilização militar.

Friedman é contra o controle de preços pela simples razão — como explica — de nunca funcionarem. Desde os tempos do imperador romano Diocleciano, só fracassos têm sido colhidos com essas tentativas. E recorda que tabelamentos e racionamentos só têm mesmo uma consequência: a criação do mercado negro. Na verdade, essas medidas reduzem as disponibilidades da massa de consumidores em benefício das faixas de alto poder aquisitivo.

Quando lhe perguntaram por que a inflação parece criar problemas insolúveis, Friedman afirmou que não é tão difícil assim arrancar o mal pela raiz. Acontece, apenas, que os efeitos são favoráveis nos primeiros estágios do processo, enquanto os negativos surgem quando — como um homem que tomou um pifão — o sistema só tem uma coisa a fazer: curtir a ressaca. E acrescenta:

— No princípio, como quando se começa a beber, tudo vai à mil maravilhas. Todos têm dinheiro para gastar e os preços sobem menos do que baixam as contas bancárias. É só depois que a inflação passa a galopar que aparecem as dores de cabeça provocadas pelo excesso de dispêndio ao tempo em que se confundia animação aquisitiva com prosperidade. E, naturalmente, uns têm ressacas maiores do que outros.

Depois, explica o economista, quando se começa a tomar medidas contra a inflação, os maus efeitos logo se produzem: desemprego, elevação dos juros, dinheiro curto. E, nesse ponto, o povo já está de tal maneira condicionado que prefere a doença à cura.

## A ILUSÃO DO SALÁRIO-MÍNIMO

Friedman é a favor da livre-empresa porque, no seu entender, as soluções governamentais geralmente agravam mais os problemas. E afirma que a imposição do salário-mínimo é mais contra do que a favor do trabalhador, de vez que — em última análise — impede o empregador de utilizar a mão-de-obra não qualificada. E isso conduz à desocupação em largas faixas da população: negros, mulheres, brancos pobres, menores. Os braços cruzados nesses grupos são os principais responsáveis pelos altos índices de marginalização econômica nos Estados Unidos. Mas o entrevistado reconhece que não existe concorrência perfeita, exemplificando:

— É um conceito teórico, como a linha de Euclides, que não tem largura nem profundidade. Depois, a livre iniciativa não é defendida ou atacada por grupos definidos, mas de acordo com as circunstâncias. Tanto o empresariado quanto o operariado se batem por isenções que lhes dêem vantagens contra o interesse público. Ambos se comportam como monopólios e recebem considerações especiais do governo. A indústria petrolífera luta pelo estabelecimento de quotas de importação, a fim de diminuir o suprimento estrangeiro e, assim, poder aumentar os seus preços. E isso ao mesmo tempo em que prega as virtudes do *laissez faire*. Pela mesma razão, os sindicatos de trabalhadores são a favor de altas tarifas aduaneiras. A essência do problema é que, uma vez que começa-

PLAYBOY não é apenas uma revista de mulheres nuas que a censura obriga a vender dentro de um envelope para que os menores não fiquem de olho comprido. É também uma publicação de alto nível, tanto na escolha do "assunto sério" como no seu tratamento jornalístico. No seu número de fevereiro último, lança uma entrevista com Milton Friedman, "mestre da Escola de Chicago" e um dos mais controvertidos economistas dos Estados Unidos nos tempos atuais.

Dotado de uma "capacidade socrática" de argumentar, contraditório — mas com "unidade de visão" — Friedman é inimigo da progressividade do imposto de renda, do paternalismo e da previdência social, mas advoga também a adoção de medidas que assegurem um "capital de existência" mínimo, sob a estranha forma de *contribuição negativa*, a todos os grupos situados na faixa da pobreza.

É uma condensação da sua longa entrevista — com exclusão dos temas que só aos norte-americanos interessam de perto — que passamos aos nossos leitores.

mos a fazer exceções para atender casos especiais, passamos de um sistema de arranjos privados espontâneos para uma regulamentação política que limita a liberdade de todos. Ninguém, realmente, se beneficia.

Sobre seguro social diz Friedman que, em primeiro lugar, não existe etiqueta que seja mais falsa. Nada tem que ver com uma coisa ou outra. É apenas um programa que liga um específico conjunto de taxas com uma particular série de benefícios. O empregador e o empregado dividem ao meio o pagamento dessas taxas, mas como a contribuição do último é tirada do seu salário — enquanto a do empresário é incluída nos seus custos — o que acontece, realmente, é o trabalhador receber menos do que ganha nominalmente.

## OUTRA FINALIDADE DO IMPOSTO

É como um moralista que Friedman exalta o regime capitalista, pois nenhum indivíduo — dentro dos seus quadros — domina completamente outro. O chefe de uma grande empresa exerce sobre os seus empregados um poder muitíssimo menor do que tem um agente do fisco. Há ganhos ilícitos, certamente, mas não existe uma só sociedade em que não floresçam. Assim, o problema da organização social é reduzir ao mínimo as oportunidades e possibilidades de uma pessoa, ou grupos, confundir o interesse público com o seu. E aponta o que vê como um dos maiores perigos na atual situação dos Estados Unidos:

— O governo está usando o imposto de renda para outros propósitos. Quando *gangsters* não podem ser processados por haverem infringido a lei comum, são metidos na cadeia por sonegação. O presidente Kennedy só achou uma maneira de fazer com que os industriais do aço desistissem de aumentar os preços: ameaçando-os de uma devassa nas suas escritas. As taxas, em vez de se transformarem em obras e serviços públicos, são usadas como instrumento de coação.

Somente pequenas minorias — observa Friedman — se preocupam, tanto na sociedade capitalista como na comunista, com fins não-materiais. Mas é sob os regimes baseados na livre empresa que os grupos minoritários podem fazer o que bem entendem. E quando os redatores de Playboy alegaram que os "pequenos números" são justamente os maiores críticos de um sistema que cultiva as desigualdades, respondeu o entrevistado:

— Não se esqueçam de que as queixas contra injustiças são realmente dirigidas ao governo e não contra o mercado.

Culpa-se as autoridades e não o sistema econômico. Daí o poder público tentar sempre dar soluções sociais a problemas de produção e comércio. Não é de admirar que os controles e as intervenções nunca dêem certo.

## A ESCOLA PÚBLICA E A DISCRIMINAÇÃO

Friedman afirmou que já tem esperanças de os seus planos serem discutidos, de vez que as suas idéias sobre previdência social, imposto de renda e livre iniciativa despertam, cada dia, mais atenção. Mas o problema é como uma batalha com duas frentes. Numa delas, é preciso convencer o povo de que os programas governamentais produzem resultados justamente opostos aos previstos pelas suas boas intenções. Não é uma tarefa fácil porque nenhum grupo está disposto a abrir mão dos seus especiais interesses. Cada um acha que a coisa deve ser feita à custa dos outros. E exemplificou:

— Todos são contra a censura, mas os comitês de toda sorte agem no sentido de impor restrições às atividades de outros setores. Então, assistimos à organização de grupos de pressão para exigir que seja posto um cabresto nos Adventistas do Sétimo Dia, ou nos vegetarianos e Panteras Negras.

Abordado sobre o problema dos negros, concordou Friedman em que eles têm, certamente, razão de queixa. Os entrevistadores lembraram que são os indivíduos que discriminam e não o governo — o que fez com que o economista também perguntasse:

— Acha que os pretos estão tendo uma situação melhor, depois de tantas leis e regulamentos contra a discriminação? Sua renda média é mais alta do que a de muitos povos adiantados. Não estou negando a existência de segregação racial e eu sou sinceramente contra isso. Mas afirmo que não estariam melhor em um outro sistema que forçasse o respeito aos seus direitos como pessoa humana.

Com a sua "lógica socrática" Friedman chega a provar que é a escola pública a principal responsável pela discriminação nos Estados Unidos, pois argumenta:

— Um negro que tenha dinheiro pode comprar o carro que quiser, mas não pode mandar o filho para a escola que deseja, ou tem de pagar muito mais que o branco no mesmo nível econômico. E não é por acidente que a rede pública de ensino primário se encontra no fundo do problema.

Aí a lógica de Friedman passa de so-

crática a simplista, mas ele revela fatos aos quais não se pode deixar de dar atenção.

## O PROBLEMA É DE LIBERDADE

Os redatores da revista não se mostraram propensos a aceitar a explicação de que a discriminação nas escolas resulta, em grande parte, do fato de o governo controlar inteiramente a área do ensino primário. Lembraram que a segregação escolar é fruto, principalmente, dos preconceitos que presidem os planos residenciais e, com esses planos, o governo nada tem que ver.

Friedman concordou, em parte, com a contra-argumentação dos seus entrevistadores, mas perguntou:

— Por que os preconceitos residenciais não discriminam quanto ao tipo de automóvel que as pessoas adquirem? Depois, a segregação residencial é estimulada pela política escolar do governo.

Diante da surpresa dos jornalistas, o economista valeu-se de uma "ilustração" para fazer-se entender melhor: um branco rico quer que os seus filhos frequentem a melhor escola, mas já paga a taxa cobrada pelo governo para a manutenção da sua rede e se recusa a pagar "outra vez", enviando-os a um estabelecimento privado. E prossegue Friedman:

— Então, ele se junta com outros do mesmo nível e da mesma cor da pele e funda um bairro residencial para pessoas de alta renda e solicita ao governo a instalação de uma escola pública na área, escola que é realmente particular. O efeito disso é a educação de crianças dos grupos mais elevados ser custeada pelos contribuintes mais pobres.

Lembrando a frase de Jefferson (o melhor governo é o que governa menos), o economista declara que, na verdade, esteve falando o tempo todo sobre o problema da liberdade. Não é bastante, para ele, condenar os programas estatais simplesmente porque tornam piores as situações que pretendem corrigir. A resistência aos mesmos deve ser feita por uma questão de princípios. E acrescenta:

— Precisamos de governo para impedir quisejam violadas as regras do jogo. Precisamos dele para dismantlar os trustes, garantir a segurança do cidadão dando-lhe boa proteção policial e defender o povo de ameaças externas. Mas o poder público tem falhado no cumprimento dessas obrigações fundamentais por se envolver em coisas que não lhe dizem respeito.

Recorda Friedman que Galbraith dissera, alguns anos antes, que os problemas da cidade de Nova York seriam facilmente resolvidos se fosse dobrado o orçamento. Mas as provas são as de que a ineficiência do governo aumenta na medida em que os recursos se tornam maiores. E lamenta:

— Todo o drama reside no fato de ninguém perceber que, antes de não funcionarem, os programas governamentais reduzem a liberdade. E o espírito dos nossos tempos é contra o homem livre. Muitos intelectuais acreditam que o poder concentrado é uma força para fazer o bem, desde que nas mãos de indivíduos de boa vontade. Só espero pelo dia em que eles cheguem à conclusão de que um lençol de segurança, distendido sobre toda a nação, não vale o preço da rendição dos direitos individuais.

Milton Friedman pode esperar sentado pelo raiar desse dia. É um homem bem instalado na vida, que passa a metade do ano em sua casa-de-campo nas montanhas de Vermont, esquiando, lendo, escrevendo e desfrutando de prazeres aos quais — assegura Playboy — pouquíssimos têm acesso.



# Fusões não ajudam sistema bancário

**PAULO FIRMO**

"Não faremos nosso desenvolvimento com o fracionamento atual. É preciso que o sistema bancário se prepare ainda mais para cumprir seu papel. . . O mercado está maduro para ter um sistema unificado, em que surgirão grandes bancos integrados com empresas industriais."

Quem tem boa memória, lembra-se que isto foi pronunciado pelo ministro da Fazenda, em abril de 1971, por ocasião do VIII Congresso Nacional dos Bancos, realizado em Brasília. Com estas palavras, o titular da Fazenda lançou, oficialmente, a palavra de ordem para os bancos comerciais privados, e pela primeira vez anunciava, publicamente, o termo *conglomerado*.

Em 1971, os bancos oficiais controlavam 62% dos depósitos totais do País. Somente o Banco do Brasil participava com 26% (em 1972, segundo o Sindicato dos Bancos de Minas Gerais, a participação do Banco do Brasil no total dos depósitos, atingiu a 31,1%). As palavras do ministro da Fazenda ressonaram como o aceno do governo à mais importante atribuição para os bancos privados — assim raciocinavam as autoridades: as fusões e a formação de conglomerados.

Antes ainda que se realizassem as mudanças mais recentes na legislação sobre

estímulos às fusões de grupos privados, e dentro do contexto global de reformulação e reorganização experimentados por todo o setor financeiro desde 1964, o processo de fusão e concentração do sistema bancário, já vinha se processando desde 1966. A primeira incorporação bancária foi em dezembro de 1964, com a compra do Banco Federal de Crédito pelo Banco Itaú, da qual resultou o Banco Federal Itaú. Em 1966, o mesmo Banco Itaú, comprou o Banco Sul-Americano do Brasil. No período de 1966 a 1970, entre compras e fusões, ocorreram 16 negociações (vide Quadro I).

**QUADRO I — As principais ligações**  
de 23-12-1964 a 31-12-1970  
Fonte: Banco Central

| C O M P R A S |                                     |                             |                             |                                         |              |            |
|---------------|-------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------------------|--------------|------------|
| Data          | Incorporado                         | Incorporador                | Nova denominação            | Capital autorizado (em 1.000 cruzeiros) |              |            |
|               |                                     |                             |                             | Incorporado                             | Incorporador | Resultante |
| 23/12/1964    | Federal de Crédito                  | Itaú                        | Federal Itaú                | 3.300                                   | 3.700        | 7.000      |
| 13/08/1966    | Sul Americano do Brasil             | Federal-Itaú                | Federal Itaú Sul-Americano  | 2.625                                   | 10.000       | 12.625     |
| 17/10/1967    | Ribeiro Junqueira                   | Com. e Ind. de Minas Gerais | Com. e Ind. de Minas Gerais | 3.000                                   | 19.000       | 22.000     |
| 15/12/1967    | Riachuelo                           | Bandeirantes do Comércio    | Bandeirantes do Comércio    | 2.800                                   | 2.900        | 2.900      |
| 27/05/1968    | Indústria e Com. de Santa Catarina  | Brasileiros de Descontos    | Brasileiro de Descontos     | 9.000                                   | 36.000       | 45.000     |
| 05/11/1968    | Povo                                | Bahia                       | Bahia                       | 5.950                                   | 15.000       | 18.000     |
| 23/12/1968    | Real do Progresso                   | Bamerindus                  | Bamerindus                  | 3.000                                   | 2.000        | 5.000      |
| 24/02/1969    | América                             | Federal Itaú Sul-Americano  | Itaú América                | 10.108                                  | 20.000       | 30.108     |
| 02/05/1969    | Alfomares                           | Estado do Paraná            | Estado do Paraná            | 2.290                                   | 34.500       | 34.500     |
| 17/09/1969    | Ultramarino Brasileiro              | Andrade Arnaud              | Andrade Arnaud              | 6.600                                   | 15.312       | 18.475     |
| 29/10/1969    | Comercial do Nordeste               | Auxiliar de São Paulo       | Auxiliar de São Paulo       | 5.000                                   | 30.000       | 32.661     |
| 29/12/1969    | Mercantil de Niterói                | Real                        | Real                        | 7.488                                   | 52.500       | 55.479     |
| 20/02/1970    | Aliança                             | Itaú América                | Itaú América                | 11.000                                  | 60.000       | 71.000     |
| 06/03/1970    | Predial                             | União de Bancos Brasileiros | Andrade Arnaud              | 22.725                                  | 49.750       | 92.968     |
| 24/12/1970    | Bordallo Brenha                     | Andrade Arnaud              | União de Bancos Brasileiros | 5.000                                   | 21.555       | 21.751     |
| F U S Õ E S   |                                     |                             |                             |                                         |              |            |
| Data          | Banco A                             | Banco B                     | Nova denominação            | Capital autorizado (em 1.000 cruzeiros) |              |            |
|               |                                     |                             |                             | Banco A                                 | Banco B      | Resultante |
| 11/07/1967    | Agrícola Mercantil                  | Moreira Salles              | União de Bancos Brasileiros | 9.000                                   | 15.000       | 24.000     |
| 11/08/1967    | Hipotecário e Agrícola de M. Gerais | Mineiro da Produção         | Estado de Minas Gerais      | 9.000                                   | 14.000       | 23.000     |

O sistema bancário, por outro lado, vem perdendo uma importância relativa em todo esse processo. Em 1964 o total de crédito ao setor privado representava 80%, tendo em 1970 baixado para 56,5%. Os depósitos à vista dos bancos comerciais privados caiu de 69,6% para 50,2% no período 1964/70. Em 1964 o número de bancos comerciais privados era de 336, em 1970 este número se reduziu para 195. Verificou-se nesse período um aumento correspondente da participação de entidades não-bancárias, em especial financeiras e bancos de investimento.

Além do aumento correspondente da participação de entidades não-bancárias,

a participação dos bancos oficiais vem aumentando. Segundo o Sindicato dos Bancos de Minas Gerais, "para todo o sistema bancário o depósito médio (1972) foi de Cr\$ 595.081 mil importância bastante influenciada pelo Banco do Brasil S/A. . . Note-se que o Banco do Brasil S/A. participou com Cr\$ 31.755,80 mil, ou seja, 37,4% do total do sistema". Acrescenta o Sindicato, que os depósitos da rede oficial em 1972, somaram Cr\$ 36.619.464 mil, correspondendo a 48,8% do total do sistema. As aplicações atingiram a Cr\$ 49.899.446 mil, o que significa 58,7% do total da rede. O quadro II mostra a classificação relativa ao volume de depósitos, em valores absolutos.

**QUADRO II**  
**CLASSIFICAÇÃO RELATIVA**  
**AO VALOR DE DEPÓSITOS**  
— em valores absolutos —

| Class. | Entidade            | Valores    |
|--------|---------------------|------------|
| 1      | Banco do Brasil     | 23.278.157 |
| 2      | Estado de São Paulo | 4.077.490  |
| 3      | Brasileiro Desconto | 3.529.634  |
| 4      | União Comercial     | 2.511.645  |
| 5      | Itaú América        | 2.450.044  |

Fonte: Sindicato dos Bancos de MG.

OBS: O Banco Itaú América em virtude da aquisição do Banco Português do Brasil passou ao quarto lugar.

Como não poderia deixar de ser, os pequenos bancos foram os que mais sentiram o reflexo de todo este processo. O aumento e diversificação de novas insti-

tuções foi seguido de um agudo processo de competição por recursos e clientes, que elevou os custos de operações e os liquidou.

Nessa intensa "corrida" o sistema bancário privado nacional vem sendo forçado a adaptar-se às novas circunstâncias, mediante uma intensiva modernização tecnológica. Podendo ou não, querendo ou não, a "corrida" criou a necessidade dos bancos privados de buscarem apoio na criação ou associação com entidades financeiras não-bancárias. Este apoio foi e está sendo encontrado, principalmente, nas entidades não-bancárias internacionais.

A perda de participação bancária em termos de depósitos e empréstimos relativos ao setor privado, além de representar uma reorganização do sistema financeiro ditada pela política posta em prática, significa, sobretudo, a perda do poder financeiro dos bancos privados, precipuamente dos pequenos e médios estabelecimentos.

O modelo aplicado no setor financeiro brasileiro contém em si um processo de reconcentração financeira. A tendência marcante deste processo é a rearticulação de alguns grupos. Os bancos de investimentos assumem posição central, sendo circundado pela agrupação de financeiras, corretoras e distribuidoras de títulos. O estágio de conglomerados surge na ocasião em que os novos grupos formados tendem a adquirir posição de hegemonia no controle do capital financeiro. E o próprio mecanismo de concentração de capital e de poder econômico, onde o sistema bancário privado

vê-se obrigado agora a atuar, e no qual os pequenos e médios bancos parecem não ter condições de sobrevivência.

Segundo o Sindicato de Bancos de Minas Gerais, os dez maiores bancos do País representam 60% do total de depósitos do sistema. O Banco do Brasil detém 31,1%, podendo-se afirmar que os novos maiores bancos privados, com 29,9% dos depósitos correspondem a menos da metade dos 60%. Na posição relativa ao volume de aplicações a posição do Banco do Brasil é mais destacada. Acrescenta, ainda o Sindicato, que entre os cinco maiores bancos, somente um é particular, o Bradesco.

A política de concentração e fusões para o sistema bancário fica mais caracterizada, quando enfatizada por assessores governamentais, ressaltando os estímulos propiciados a "uma concentração maior no sistema financeiro" e à necessidade de concentração de recursos nesse setor para atender às empresas de grande porte. Apesar de afirmarem que a política posta em vigor não pretende acabar com os bancos pequenos, as estatísticas oficiais mostram exatamente o contrário. No ano passado, os 40 estabelecimentos considerados de grande porte representavam uma concentração de capital da ordem de 86%. Do total de depósitos do sistema, os 40 estabelecimentos detinham 90%. Os pequenos bancos, que constituem a grande maioria, a sua participação no total de depósitos representava, somente, 10 por cento.



## Metrô-GB tem os dois buracos mais caros do mundo :

Em matéria de obras intermináveis os feitiços já concluíram que a Guanabara é insuperável, desde que o general Milton Gonçalves, ainda aboletado nos gabinetes refrigerados da Secretaria de Serviços Públicos, à época do governo Negrão de Lima, resolveu ouvir o seu pai de santo e enterrou, a mando dele, uma cabeça de burro numa ponta de encruzilhada, que ninguém sabe onde fica. Só ele próprio e seu preto velho conhecem o segredo e a mandinga. O metrô carioca é uma dessas obras. Por causa dela, ao longo dos últimos 15 anos o indigente contribuinte da terra de Estácio de Sá vem sendo escorçado até sangrar. Mas a obra não aparece. Ou melhor: limita-se a dois buracos, um na antiga Praça Paris e outro nas imediações da Central do Brasil, que segundo garantem os especialistas em gastos inúteis, seriam os mais caros do mundo.

Dentre muitas outras que já superaram repetidas vezes os seus cronogramas, estão a ponte Rio-Niterói e a Cidade Universitária. Esta, marcha firme para o cinquentenário e fatalmente chegará a ele com muita coisa por ser feita. Só à guisa de recordação lembramos que o México, em quatro anos, e rigorosamente dentro dos prazos previstos, construiu uma das mais modernas universidades do mundo. E o México — já foi pior — continua não sendo um país super-rico, como o nosso, tanto que andamos esnobando até o desenvolvimento, japonês. Diante de tal constatação seria de se indagar por que motivo todos os outros povos fazem as coisas direito e nós não? Seria o nosso caso um problema de simples irresponsabilidade, ou de desonestidade? Lógico que não. A revolução de 1964 foi feita para coibir tais práticas. Mas a verdade é que o Metrô carioca já engoliu muito dinheiro e não consegue sair. Chegou até a vender ações em praça pública, contraiu empréstimo externo, sugou gulosamente o orçamento do Estado, mas nada. Continua emperrado e nem mesmo o seu presidente (presidente de uma coisa que não existe, mas presidente) dá maiores esperanças de que venha a se tornar realidade em futuro próximo.

Agora, embora não existindo de forma palpável, o Metrô tem um quadro de funcionários bem avantajado. O presidente tem gabinete, chefia, assessoria técnica, oficiais de gabinete, assistentes, conselheiros, engenheiros, e mais um farto material humano para compor os diversos departamentos, setores, chefias, tomar cafezinhos, passear de chapas brancas e, após tantos sacrifícios, receber seus polpudos vencimentos, que são garantidos pe-

# Carioca paga bilhões por obra invisível e sem fim

lo suor do contribuinte sufocado pela orgia de impostos. Mas não é só isso: a turma de boas-vidas que há anos vem vivendo às custas dessa bem bolada idéia de se construir o Metrô, está recebendo jetons por umas reuniões de bate-papo totalmente improdutivas. Muitas não vão além dos cinco minutos e são suspensas para a próxima semana. Assim, assinam uma ata de presença e vão faturando 200 pratas por vez. Como são quatro por mês, a propina se eleva para 800 cruzeiros sobressalentes. Mas nesta boca não entra qualquer um não, só os trufos maiores. Eles são espertos.

### PRIMEIRO GRITO

Há mais de 25 anos se vem falando em dotar o Rio de um sistema viário subterrâneo capaz de desafogar o seu tráfego intenso, evitar os congestionamentos e propiciar ao carioca uma locomoção mais rápida, barata e decente. Oficialmente, porém, coube a Negrão de Lima, então prefeito do antigo Distrito Federal, sob o governo de Getúlio, sediado direitinho no Palácio do Catete (hoje de Josué Montelo), soltar o primeiro grito oficial de "queremos metrô". Se Negrão tivesse feito força naquela época, teria construído o sistema sem maiores percalços e por um preço que hoje se torna insuficiente para comprar um maço de cigarros. Mas o negócio de Negrão era só fazer onda política. Não deixou, todavia, de ter descoberto a isca para os vivaldinos, que pegaram o pião na unha e não soltaram mais. Alim Pedro, Dulcídio Cardoso, Sete Câmara e muitos outros ex-prefeitos andaram mexendo com o assunto. Lacerda desancava todos eles — na Câmara Federal e na Tribuna da Imprensa. O melhor que dizia era chamá-los demagogos. E estava com razão.

### A VEZ DA CAÇA

Quis o destino, talvez por ironia, que Lacerda fosse alçado ao governo da GB logo após a transferência do DF para o Planalto Central de Goiás. Então encampou a idéia e prometeu realizar a obra, que seria, toda ela, concluída antes do término de sua administração. O pessoal do Clube da Lanterna mandou preparar montões de papel pintado e organizou postos de vendas para as "ações" do Metrô de Lacerda. Na Galeria dos Empregados no Comércio, lado da Gonçalves Dias, os vendedores faturavam horrores em nome do prestígio do governador. Seus simpatizantes prestigiam com entusiasmo e muito dinheiro o "empreendimento", e bradavam: "Com ele — ele era Lacerda — o Metrô sai". Ou: "Desta vez o carioca vai ter Metrô mesmo". Puro engano. Quando Lacerda deixou o governo para o seu cumpincha Rafael de Almeida Maga-

lhães, em meio ao foguetório da revolução vitoriosa, nem se lembrava mais de ter falado em Metrô. Seu negócio agora era sonhar com a presidência da República, que ficou para Castelo, foi para Costa e Silva, teve um tripé militar, e agora está com Medici.

### PIONEIRO

E como seria impossível falar de Metrô carioca sem meter Lacerda no fogo, vamos dar uma paradinha para lembrar que ele também foi pioneiro de um sistema: o da eleição indireta, que a revolução adotou e tem como excelente descoberta. Lacerda sabia que naquela época o Rafael, se se candidatasse, não teria chance sequer de conseguir uma 20a. suplência na Assembléia Legislativa. Mas por estranhos motivos de amizade o queria colocado no ponto mais alto que ele pudesse alcançar. Nomeou-o para a chefia do seu gabinete e, pouco depois, aproveitando-se de uma falha da Constituição Estadual, dobrava os deputados a peso de suborno e de chicote, arrancando deles a eleição indireta do guri para a vice-governança da GB. A revolução por certo se inspirou em seu gênio, depois abandonado às feras.

### VEZ DO CHAGAS

Comprovando sua definitiva falta de sorte, eis que o Chagas, sucedendo a Negrão, toma conta do Palácio Guanabara. Tão logo assumiu, paralisou todas as obras públicas da cidade-Estado. Mudou de gabinete para não ser perseguido — ou contagiado? — pela lembrança de Lacerda. Mas ninguém fala tanto de Metrô quanto ele. Por um dever de justiça é bom explicar que o Chagas até hoje não sabe como nem por que é governador. Tampouco foi ele quem invejou a Companhia do Metropolitano, que de interessante só tem mesmo o nome. Mas cometeu o pecado de manter o Milton Gonçalves no posto, para desencanto de quatro milhões e meio de cariocas. O povo está convencido de que com ele lá a obra não sai nunca.

Mas como os inoperantes se entendem e nem mesmo sentem quando se agriem, Milton e Chagas continuam dois grandes amigos. No início da segunda quinzena de março fizeram declarações aos jornais desmentindo um ao outro. Chagas afirma que entregará um trecho prioritário de 4,5 quilômetros (Central-Praça Paris) antes de terminar o governo. Milton diz que "se houver recursos a tal linha, que já aumentou mais quatro quilômetros — indo até Botafogo — será inaugurada em 1976". E o público fica sem saber qual dos dois está falando a verdade. Os mais entendidos acham que nenhum deles merece crédito.

to, já que não se respeitam nem zelum pela hierarquia de poder. Nós preferimos nos ater aos fatos, não arriscamos opiniões.

### SACO FURADO

Só sabemos é que o Metrô, embora não exista e nem tenha perspectiva de existência, já consumiu do contribuinte e em empréstimo externo o que poucos são capazes de calcular. Talvez nem Roberto Campos, que é acostumado com muito dinheiro, principalmente dólares, tenha crânio para chegar ao montante dos gastos. Do que é certo e não pode ser encoberido num confronto com algumas propostas orçamentárias, sabe-se que em 1966 foram consignados para o Metrô 56 milhões de cruzeiros e que destes, 16 logo liberados, foram consumidos no fogo do remanejamento da rede subterrânea de serviços públicos. Quanto aos recursos consignados nos exercícios de 1967, 68, 69 e 70, Milton e Chagas nada referem. Tem-se a impressão que foram esquecidos, mas eles dizem que em 1970 teve início a construção da linha prioritária Glória-Central. Com que recursos? Não explicam. Mais 71 milhões surgem, em seguida, no orçamento estadual de 1971 — ano da posse de Chagas no governo —, reforçados por um empréstimo externo de 10 milhões de dólares, contraído em bancos norte-americanos. No orçamento atual, há outros 60 milhões. Milton Gonçalves confessa a existência, atualmente, de um saldo de 30 milhões, que somados aos 60 consignados no orçamento dá um total de 90 milhões. As empresas financeiras — ainda segundo ele — ofereceram grandes verbas para a obra, (as propostas estão com Delfim Neto desde abril do ano passado), e está em pauta um novo empréstimo externo de 110 milhões de dólares, mas Milton, desmentindo Chagas, afirma que o Metrô não sairá durante seu período de governo "por falta de recursos". Como se pode deduzir de suas próprias declarações há muito dinheiro em caixa e muito mais por vir. Quem pode compreender tantas contradições e desmentidos?

O povo tomou conhecimento da entrevista de Milton Gonçalves e ficou perplexo em saber que os dois buracos repetidamente citados nesta reportagem já absorveram dinheiro demais. Principalmente quando soube que tanto os 10 milhões de dólares de fora, quanto os 70 milhões de cruzeiros do orçamento de 1971 foram gastos com as empresas que trabalham no remanejamento dos serviços públicos subterrâneos. Por isso é que o saco está quase vazio. Também pudera: desde 1966 despejando ouro dentro de dois buracos insaciáveis, termina esgotando.

## Nem o direito de propriedade se salva na GB

O atentado praticado contra a família do operário Frederico Pedro, expulsa por policiais de sua modesta residência (um barraco), no bairro da Penha, chocou toda a população carioca, que deplorou o excesso de arbítrio com incontinência repulsa. O criminalista Virgílio Donnici afirma que houve violação do direito de propriedade, abuso de autoridade e afronta aos mais comezinhos deveres de humanidade de justiça, e que "esse crime pode causar sérios prejuízos à autoridade coatora, pois até a Constituição foi ferida pela intemperividade da ação restritiva".

### RESPONSÁVEL

Altos funcionários do Palácio Guanabara garantem que o sr. Chagas Freitas nem sequer sabia do fato antes de ler a notícia nos jornais, e que logo teria diligenciado para impedir o abuso e punir o responsável, ou responsáveis pela ação criminosa, que consistiu no despejo, por meios violentos, de uma família com oito pessoas, de terreno legalmente adquirido por ela, simplesmente pelo fato de não poder construir no local uma casa em alvenaria, no mesmo padrão das existentes. O mandante do despejo, segundo as mesmas fontes, foi o cabo eleitoral do deputado estadual Rossini Lopes da Fonte, de nome Sydney Vasconcelos, alcunhado por Virola Braba, que por paradoxal que seja foi nomeado por Chagas, a pedido de Rossini, para a direção da XI Região Administrativa. O que vale dizer para a prefeitura do populoso bairro da Penha e outros adjacentes. Ele não respeitou sequer a existência de cinco crianças, todas estudando nas proximidades da moradia, e avisou que a família inteira seria transportada para a

Estação de Paciência, distante dos ginásios e escolas públicas onde estão matriculados, mais de 60 quilômetros.

### COMO FOI

Inesperadamente parou na porta do casebre um caminhão com funcionários da XI RA e um outro veículo com soldados da PM embalados, como fossem perseguir e cercar perigoso bando de delinquentes de alta periculosidade. Não conversaram. Foram logo invadindo a casa e arrastando os móveis para o meio da rua e, em seguida, derrubando as paredes, sem esperar que as crianças saíssem. O impacto da brutalidade foi tão grande que o velho tio das crianças e proprietário legal do terreno e do barraco, Frederico Pedro, começou a passar mal, tendo de ser socorrido às pressas no Hospital Souza Aguiar. Enquanto isto acontecia em pleno dia e perante centenas de pessoas perplexas, o intragável Virola sorria e debochava da miséria daquela família pobre, na presunção de que seu gesto valia como demonstração de autoridade. Mas o povo, ao contrário do que ele supunha, contemplava nele um bandido, um insano. Nunca uma autoridade que merecesse respeito. Outros mais esclarecidos diziam "está aí uma boa razão para o presidente da República intervir na Guanabara e livrar sua população da mesquinhez e dos excessos de tipos como este".

### MÓVEIS SUMIRAM

Através de um preposto, o administrador atrabiliário, indiferente aos apelos das crianças e dos vizinhos mandou que o caminhão partisse com os móveis para a Estação de Paciência. O caminhão sumiu na estrada. As crianças ficaram sozinhas e ao desabrigo, tendo apenas dois vira-latas — Nega e Bujão — por companhia, além da solidariedade dos moradores. Todas choravam indecisas e Rosângela de 14 anos, (a mais velha) ficou tomando conta das outras quatro, enquanto o velho tio Frederico Pedro era socorrido no hospital distante e ninguém ao certo sabia se passava bem ou mal se voltaria ou não para a companhia delas. O velho não voltou, mas Wanda e o marido, pais das crianças, informados da ocorrência, logo retornavam para junto delas, abandonando cada um os biscates que faziam para suprir as necessidades da família. Passado o susto foram procurar os móveis retirados à força e tentar localizar o tal apartamento — ou casa — na Estação de Paciência, para não ficarem com os filhos ao relento. Não encontraram nem

este nem aqueles. Voltaram desarvorados e, no que restava do barraco de madeira, foram dormir na promiscuidade e sem uma gota de alimento. Os repórteres dos jornais cariocas testemunharam a brutalidade do despejo ilegal e como os pais das crianças — depois de várias tentativas — não conseguiram encontrar, igualmente, nem os móveis nem o apartamento "destinado" à família. A própria administração do conjunto afirmou nada haver sido providenciado ali naquele sentido.

### ESTUPIDEZ

Virola Braba não considerou sequer o fato de que morando em apartamento ou casa do conjunto de Paciência, as crianças forçosamente teriam de abandonar os estudos. Rosângela chorava ante a perspectiva de ter que sair do ginásio de Honório Gurgel, onde cursa o 2o. ano. Os outros: Rosemer (12 anos), Rosemary (10 anos), Rubens (8 anos) e Rosana (7 anos), como animalzinhos feridos, nada diziam. Pareciam apenas pensar numa possibilidade de fugir da sanha de Virola Braba, o monstro da Penha.

### DESMENTIDO

Quando este número do JD estiver circulando possivelmente o governador Chagas Freitas terá conseguido acomodar um pouco a situação e, talvez o responsável pelo crime venha a público, para tentar desmentir a veracidade dos fatos. Quem sabe também o Rossini, vaidoso e ridículo como sempre foi, faça discurso na Assembléia defendendo o homem que indicou para a XI Região Administrativa. Tudo isto pode acontecer, mas o que foi feito não pode ser abafado ou esquecido de maneira alguma. Foi brutal demais para uma cidade civilizada como o Rio de Janeiro, que já não comporta no seu quadro de servidores públicos homens — se é que assim se pode chamá-los do tipo de Virola Braba, nem de Rossini (esse rufião da indústria do ensino), que querem resolver problemas sociais encarando o pobre e o necessitado, sem excluir crianças, como se fossem criminosos. E por causa de indivíduos desta espécie que o MDB carioca está sofrendo um tremendo desgaste político. Também pudera, com Chagas, Rossini, Benjamin Farah, Erasmo Martins Pedros e tipos como Waldomiro "defendendo" a representação do nosso povo, o resultado só poderá ser calamitoso. Quem lucra com isto é a Arena.



# O Cristianismo na hora da autocrítica

**O Cristo que na sua sentença de condenação foi tido como "inimigo da lei" se viu posto para trás pelo cristão. Em lugar do Cristo ficava o quisto. Neste mini-ensaio ADALBERTO PARANHOS mostra que, mais do que nunca, é chegada a hora da autocrítica e da ação. De sermão o mundo anda cheio.**

**ADALBERTO  
PARANHOS**



A cada ano que passa parece ganhar em intensidade a comercialização do Natal. Vende-se Cristo a atacado, a varejo, à vista ou a crédito, conforme as posses do cristão, ou melhor, do consumidor. Aqui e ali se distorce e se deforma a significação histórica de Jesus e sua mensagem espiritual e social a ponto de adaptá-lo aos clichês de conveniência de um mundo profundamente anticristão. Metem-se os pés pelas mãos, como o provou uma fábrica de meias empenhada em incutir na cabeça do comprador que "o natal começa pelos pés".

A desnaturalização da palavra e da ação de Cristo vem de longe. Historicamente o processo de desfiguração do Cristianismo encontra um dos seus marcos mais importantes no momento em que, perdido o vigor dos primeiros tempos do movimento, ele começou, no século III, a figurar entre as religiões aceitáveis diante dos olhos do império romano, gozando de igualdade de situação junto aos cultos pagãos.

Putera, acoitada pelas dificuldades e pelas mortes que lhes impunha a política de perseguições, a liderança autêntica dos primeiros cristãos sofreu seguidos desfalques enquanto se introduziram no movimento elementos saídos do patriciado, além de práticas, dogmas e rituais tendentes a manter o homem sob uma consciência mítica. Os patrícios, na qualidade de bons representantes da camada opressora, tenderiam naturalmente a acomodar o Cristianismo ao gosto e ao paladar dos poderosos, transformando-o numa espécie de cristianismo à la carte.

O Cristo que não viera ao mundo trazer a paz, mas a espada a fim de romper as cadeias da injustiça e anunciar a boanova, sucumbia à força de uma instituição, a igreja católica, amante, em larga medida, das comodidades com as quais

lhe acenava a amizade e a aproximação com os poderosos. Em lugar do Cristo ficava o quisto. O Cristo que na sua sentença de condenação fora tido como "inimigo da lei" se via posto para trás pelo cristão (com c minúsculo) que não recusava o banquete dos todo-poderosos de plantão. Salvo casos excepcionais, o Cristianismo conhecia alteração, — por que não dizer? — adulteração da maior importância. Caía no fosso do anticristo. Esquecia-se estrategicamente das lições contidas em "Atos dos Apóstolos", versículos 32 a 35, os quais nos dão conta de que nessa "comunidade dos que creram, o coração era um e a alma era uma, e nenhum deles dizia que coisa alguma do que possuía era sua própria, mas tudo entre eles era comum... Pois nenhum necessitado havia entre eles, porque todos os que possuíam terras ou casas, vendendo-as, traziam o preço do que vendiam e depositavam-se aos pés dos apóstolos; e repartia-se a cada um conforme a sua necessidade."

Por isso tudo lembra Friedrich Engels logo ao início de "O Cristianismo Primitivo": "Oferece-nos a história do cristianismo primitivo pontos notáveis de contato com a do movimento proletário moderno. Tal e qual este, o cristianismo era em sua origem a expressão dos oprimidos e se apresentava primeiramente como a religião dos escravos, dos libertos, dos pobres, dos homens privados de direito e dos povos subjugados ou dispersos pelo Império Romano". Numa sociedade escravocrata Cristo lutou em favor do reconhecimento da igualdade dos homens, ao passo que na Idade Média Ocidental os religiosos, lado a lado com os nobres, dividiram os privilégios econômicos, sociais e culturais apoiando-se, entre outras instituições, na servidão.

**Para D. Hélder a Igreja "é cativa do sistema capitalista." Falta-lhe coragem para fazer o que diz (quando diz).**

Dentre os muitos ângulos sob os quais poderíamos enxergar o problema interessa notar ainda que, ao contrário das interpretações ingênuas e a-históricas, a desfiguração do Cristianismo abriu caminho na Idade Moderna à propagação do materialismo. Ora, ao se corem, por exemplo, aos privilégios conservados pela nobreza e pelo clero sob a força de princípios teológicos, a burguesia francesa ascendente se opunha igualmente à religião e deu mão forte, ao menos em certo momento histórico, à difusão de teses e métodos de trabalhos materialistas, à base dos quais se contestava a posição da Igreja como "dona da verdade". "A burguesia — destaca A. Manfred em "A Grande Revolução Francesa" — era mais rica e mais instruída do que as classes privilegiadas. Cultivava a ciência para colocá-la a seu serviço e opô-la à religião, com o auxílio da qual a nobreza e o clero procuravam consolidar e defender

as suas enfraquecidas posições." Isso se tornou realidade através da obra dos filósofos materialistas da Enciclopédia, trabalho que se propôs a mostrar sua aplicação aos mais diferentes campos do conhecimento. O materialismo mecanicista, assumindo então grande significação, se antecipou ao materialismo dialético. Este iria, desde meados do Século XIX, colocar-se na linha de combate à sociedade burguesa, que, passado o primeiro momento, soube recompor-se parcialmente com os "valores cristãos" (1), da mesma forma como se valera do Protestantismo no século XVI.

Por essas e outras, num lance de autocrítica o pastor metodista Stanley Jones chega a comparar o marxismo ao chicote do qual se serviu Jesus no objetivo de expulsar os mercadores do templo, tomando-o em "Cristo e o Comunismo" por uma advertência de Deus aos cristãos... Pelo lado católico o ar-

cebispo Hélder Câmara reconhece, segundo notícia divulgada no "Estado de São Paulo", que a Igreja "é cativa do problemas da humanidade — como os que se produziram no Concílio Vaticano II e em Medellín —, falta-lhe coragem para aplicá-los." De parte dos espíritas a palavra cabe ao Movimento Universitário Espírita de Campinas em seu jornal "Presença": "O Espiritismo, ao reduzir-se na ordem prática das coisas a mais uma seita cristã e a mera religião, põe de lado sua essência de filosofia-científica e ciência-filosófica orientada para uma perspectiva progressista e se submete a valores conservadores e até reacionários. A maioria dos seus adeptos se agarra a uma interpretação e vivência individualista e assistencialista do Evangelho. Para eles a verdadeira vida se resume à do além e com isto seus pés flutuam no aquém." (2)

**Crer no sobrenatural era indiferente para os ricos. Não para os pobres, pois, segundo Voltaire, sem as promessas de recompensas futuras, os pobres poderiam se desesperar.**

O Cristianismo como um todo está em debate. Mais que nunca — especialmente quando, à época do Natal, ele se presta, até por mecanismos psicológicos de compensação, a aliviar a consciência de muita gente pelo paliativo do Papai Noel às criancinhas pobres — se impõe uma autocrítica do Cristianismo. Em muitos lugares desponta um movimento cristão mais vigoroso, fruto não apenas do sentido de humanidade de seus participantes como também das próprias circunstâncias que a isso os forcaram. (3). Na maioria das vezes, no entanto, o Cristianismo cheira mais à Gustavo Corção que à Tristão de Athayde, notadamente no Brasil de hoje, o que poderá, de futuro, levá-lo a ser nada mais nada menos que cinzas de uma realidade defunta.

(1) Esta atitude, a rigor, já estava enraizada no pensamento de Voltaire ao ressaltar que a descrença no sobrenatural para os ricos era indiferente, não, porém, para os pobres, pois estes — sem a crença e o temor da divindade — poderiam se desesperar diante do peso esmagador das classes dominantes e com isso ameaçar as "conquistas da civilização". Numa palavra, o que era bom para os ricos não o era para os pobres.

(2) Tanto maior aqui a omissão porque, fora os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais da crise do mundo contemporâneo, uma questão de fundamental importância consiste na "falta de significado da vida", se encarada sob uma perspectiva materialista. Neste caso o homem, em última análise, não é se-

não pó que ao pó vai retornar. A morte, analisada em si mesma, representa uma categoria filosófico-social conservadora, sugerindo o pragmatismo de Lord Keynes ao afirmar que "a longo prazo estaremos todos mortos". A corrente espiritualista, considerada como ciência e filosofia, à parte os irracionaisismos religiosos, talvez pudesse prestar sua contribuição à solução desse impasse seguindo o exemplo das pesquisas parapsicológicas realizadas por Hernani Guimarães Andrade, presidente do Instituto Brasileiro de Pesquisas Psico-biofísicas ("A Teoria Corporal do Espírito", "Novos Rumos à Experimentação Espiritual" e "Parapsicologia Experimental"), Ian Stevenson, MD, diretor do Departamento de Psiquiatria e Neurologia da Escola de Medicina da Universidade de Virgínia, EUA ("Vinte Casos Sugestivos de Reencarnação") e Hemendra N. Benerjee diretor do Departamento de Parapsicologia da Universidade de Rajastan Jaipur, Índia. Para isso deveria sobrepor-se a muitos condicionamentos sociais, e, infelizmente, tal qual as ciências, se converte, em geral, em serva do poder e frustra as suas reais finalidades.

(3) V., por exemplo, publicações da Paz e Terra, entre as quais James Klugmann (coordenador). "Cristianismo e Marxismo"; "Socialismo e Cristianismo" (autores diversos); Henri Desroche, "O Marxismo e as Religiões"; "Diálogo Posto à Prova — debate entre católicos e comunistas italianos" e Roger Garaudy, "Do Anátema do Diálogo".



# Mafiosos da indústria farmacêutica americana ameaçam saúde mundial

4º de Uma Série

NELSON BRITO

## A manipulação dos preços

Se já nos encontramos alarmados porque muitos dos principais medicamentos produzidos pelos grandes laboratórios norte-americanos, contrariamente ao que garante sua publicidade, são inócuos, nocivos e em vários casos comprovadamente fatais à saúde pública, não menos apreensivos devemos ficar é em face do processo utilizado pelos cérebros do monopólio para impor os preços de comercialização dentro e fora dos EUA. Em sua voracidade de lucros, grandes e imediatos, só uma norma é válida para o gangsterismo que controla a indústria farmacêutica: a extorsão do consumidor, seja ele permanente ou eventual, grande ou pequeno, rico ou pobre.

### REAÇÃO DOMÉSTICA

Foi em represálias a essa filosofia de assaltante que se verificou a primeira reação interna. E a iniciativa coube ao próprio governo norte-americano, que autorizou a Agência Militar de Suprimento Médico — órgão do Departamento de Defesa e maior comprador mundial de remédios — a adquirir suas provisões no exterior. O resultado foi assombroso: uma economia de aproximadamente 78% na aquisição do novo estoque. Como curiosidade ressaltava o fato de que uma boa gama dos medicamentos selecionados era de fabricação norte-americana, mas comercializada na Europa por preços até 80% inferiores aos cobrados no mercado de origem.

Diante de resultados tão auspiciosos a Agência Militar de Suprimento Médico, que atua como agente central unificado de compras para todos os hospitais, dispensários e colônias de recuperação geridos por cada uma das forças militares dos EUA, passou a ser, paralelamente, o principal comprador do Serviço Nacional de Saúde Pública, da Agência de Mobilização e Defesa Civil e também das nações aliadas, no que se refere ao programa de assistência militar. O volume de suas aquisições se eleva atualmente à

casa dos 100 milhões de dólares. Não é um comprador para ser desprezado e a máfia dos grandes laboratórios já despertou atônita para esta realidade: está fazendo novas ofertas de medicamentos com preços bastante reduzidos, mas em relação aos supermercados, farmácias e drogarias, nada modificou. Insiste em continuar sangrando, até a última gota, a bolsa do consumidor.

### AS "MARCAS"

Para lesar o público e a classe médica do país mais disfarçadamente, porém, sem um mínimo de piedade, a máfia da indústria farmacêutica usa o artifício de batizar os remédios mais procurados com nomes pomposos, capazes de produzir efeitos, subtraindo ao seu conhecimento, ao mesmo tempo, os nomes genéricos. Chamam a isso marcas de fábrica. O mesmo que embalar com luxo um frasco de elixir paregórico e designá-lo como *salvelixilidio-RC*, ou ao contrário, *RC-salvelixilidio*. Acrescentam a isto os nomes dos laboratórios — Schering, Merck, Upjohn, Parke Davis, Pfizer, Bristol etc — e pronto: o elixir paregórico deixou de ser o conhecido bálsamo calmante de uso caseiro para transformar-se num novo produto sofisticado e de emprego mais amplo, segundo a pressão exercida pela bateria publicitária. A segunda falsa diferença, obviamente, aparece no preço, que é multiplicado muitas vezes. Os médicos menos maliciosos passam a receitá-lo e os pobres pacientes a comer gato por lebre, pagando pela adição de um recheio inexistente mais do que podem dispor.

### A EXPLORAÇÃO

Segundo ficou comprovado pela Subcomissão do Senado que investigou du-

rante três anos o comportamento do monopólio da indústria farmacêutica norte-americana, a Schering, de parceria com outros grandes laboratórios, liderava a extorsão do consumidor no país. Em seu livro *Em Poucas Mãos o Poder do Monopólio na América do Norte*, o senador Estes Kefauver, considerado inimigo nº 1 dos trustes e presidente do órgão parlamentar, acusa: "Os custos de vendas da Schering encontram-se entre os mais elevados de todos os relatados pelas maiores empresas do ramo." Relembrando o caso particular da prednisona, afirmou o senador que tão logo entregou o seu produto ao mercado consumidor, a Schering estabeleceu o seu preço na base de 170 dólares pela embalagem de 1.000 comprimidos no comércio varejista, mas que esta mesma empresa, diante da reação do governo, que resolveu dar combate à ganância efetuando compras no exterior, viria a oferecer depois à Agência Militar de Suprimento Médico o mesmo produto e a mesma embalagem de 1.000 comprimidos, por apenas 18 dólares. E embora os dirigentes da Schering tenham confessado que ainda obtiveram lucros compensadores na transação com o órgão governamental, nem assim aquiesceram em reduzir o preço de 170 dólares estipulado para o mercado consumidor. Nesse complot criminoso contra a população norte-americana, tão duramente solapada em sua poupança pelo gangsterismo dos laboratórios, estavam engajadas todas as grandes empresas.

### OUTRO CASO

O monopólio interno, inclusive, força as subsidiárias estrangeiras a seguir os seus passos na exploração do consumidor doméstico. Tome-se por comparação o comportamento da CIBA que ven-

dia a reserpina. A subsidiária suíça vendia o alcalóide no varejo ao preço de 39,50 dólares, em igualdade de condições com as demais grandes empresas, mas disputando a preferência da Agência Militar de Suprimento Médico — que passou a realizar tomadas de preços — chegou a descer ao nível dos 60 centavos. E mesmo assim ainda perdeu a concorrência para um pequeno laboratório. Como se vê a redução foi da ordem de 98,5% em relação ao comércio varejista. Mas, mesmo derrotada, a CIBA continuou mantendo o mesmo teto de 39,50 dólares para o varejo e de 65,83 para o público consumidor.

### O PROVEITO

Graças à reação do governo a Agência Militar de Suprimento Médico pôde realizar compras altamente proveitosas. No caso da reserpina ficou demonstrado que o órgão passou a adquirir a embalagem de 1.000 comprimidos pelo preço correspondente a apenas 15 unidades no varejo. E há mais um detalhe: a AMSM exigia o máximo de qualidade e pureza nos produtos que lhe fossem vendidos.

### O EXEMPLO

Diante da repercussão alcançada pela AMSM no que toca à substancial economia resultante do seu novo método de compra, os dirigentes do Hospital Estadual de Nova Iorque resolveram seguir o exemplo. A administração do estabelecimento já havia adotado uma tática para conter os exploradores, não fazendo aquisição de nenhum produto pela marca do fabricante, mas dando preferência aos nomes genéricos dos medicamentos. Os resultados advindos desse procedimento cauteloso foram sempre positivos.

O secretário-geral da Associação Médica do Estado da Guanabara, Dr. Mário Victor de Assis Pacheco, enviou ao jornalista Nelson Brito, enviou carta, a propósito da série de artigos sobre os mafiosos da indústria farmacêutica.

"Cumprimento o bravo jornalista por seu magnífico e corajoso artigo publicado no no. 3 de 27 de fevereiro/9 de março do 'Jornal de Debates', sob o título 'Mafiosos da indústria farmacêutica americana ameaçam a saúde mundial'."

Na suposição de poder colaborar em sua patriótica campanha recém-iniciada, de defesa da saúde do povo e dos cofres da nação, remeto-lhe dois trabalhos de minha autoria sobre indústria farmacêutica. O trabalho intitulado "A Central de Medicamentos — Importância e Perspectivas" foi largamente distribuído em nosso País em fins de 1972, inclusive remetido às autoridades executivas, legislativas, associações de médicos e dos estudantes de biociências, bem como de modo especial aos Conselhos Federal e Estaduais de Farmácia, Química e de Medicina.

Em 14.1.73, o "Jornal do Brasil" divulgava que o professor Wilson de Souza Aguiar, presidente da Central de Medicamentos, dissera: "O Plano-Diretor da

CEME irá a partir deste ano traçar toda a política de indústria farmacêutica no Brasil, procurando oferecer pré-condições para a implantação de uma indústria de farmácia nacional em todas as suas fases, desde a matéria-prima até o produto final" (o grifo é meu).

Se das palavras o Governo passar efetivamente aos atos deveremos nos regozijar com as possibilidades da próxima criação da INDÚSTRIA QUÍMICA DE BASE ESTATAL, única providência capaz de assegurar a sobrevivência útil da Central de Medicamentos e de nos libertar assim da condição atual e insegura de vassalos submissos da tecnologia estrangeira, condição esta que torna os brasileiros, civis e militares, dependentes de medicamentos estrangeiros para prevenir doenças e recuperar a saúde.

Em 23.2.73 publicava "O Globo": "O presidente do Conselho Consultivo da Central de Medicamentos, Eduardo Faraco, disse que o projeto do Instituto Militar de Engenharia sobre síntese é de grande importância para a indústria nacional de medicamentos. Faraco revelou que mais de 80 por cento da matéria-prima empregada pela indústria farmacêutica do País são importados, apesar de os cientistas brasileiros já estarem em condições de desenvolver a fabricação de toda a matéria-prima de que necessita o Brasil."

Salvo melhor juízo, acredito que a tônica das cam-

panhas na defesa da indústria farmacêutica de capitais, direção e controle acionário nacionais, no momento e no Brasil, deve ser feita no sentido de dar o apoio imprescindível ao Governo para a criação imediata da INDÚSTRIA QUÍMICA DE BASE ESTATAL, área de atrito que exige o respaldo indispensável do povo brasileiro e dos intelectuais com condições de orientar a opinião pública e de assessorar o Governo, visando todos exclusivamente a independência econômica do Brasil.

Renovando meus sinceros cumprimentos, encontro-me à inteira disposição do bravo jornalista, na Associação Médica do Estado da Guanabara. (a) Dr. Mário Victor de Assis Pacheco, secretário-geral da AMEG."

R.: Muito obrigado pelo incentivo, amigo Dr. Mário Victor. Palavras como essas, principalmente partindo de autoridades como V.Sa., nos animam a prosseguir em nossas denúncias, na esperança de que algum dia tenhamos a recompensa de ver nossa luta bem sucedida. Seus trabalhos — verdadeiros estudos de quem conhece o assunto e sabe o que está falando — nos servirão de valiosos subsídios na nossa campanha. Nossas páginas estão abertas a todos os que, como V.Sa., se preocupam com o bem-estar da nossa gente e o futuro do nosso Brasil.



# A longa onda profunda

Há pouco mais de três séculos, numa das capitâneas do Nordeste, foram escritos os "Diálogos das Grandezas do Brasil". Nessa obra, dois povoadores imaginários percorrem longamente sobre as riquezas e as possibilidades da nova terra. O de nome Brandônio faz uma descrição entusiástica dos inesgotáveis recursos que se oferecem nos três reinos da natureza. Mas o outro, chamado Alviano — a quem a realidade feria mais do que seduzia a fantasia — achou de perguntar:

— Pois de que nasce haver tanta carestia de todas essas coisas, se me dizeis que abunda de todas elas?

Para muita gente, no Brasil dos nossos dias, a resposta dada por Brandônio à desilusionante pergunta de Alviano é, ainda, a que melhor põe a nu as razões do atraso em que nos debatemos. Isto é, continua sendo "por culpa, negligência e falta de indústria de moradores" que o País — tão portentosamente rico — tem vivido praticamente a marcar passo através da sua história. Assim, para esses negativistas — adeptos da teoria sobre uma longa dança à beira do abismo — somos um povo fundamentalmente incapaz. Ora, em se tratando de nações, não há competentes ou ineptos por natureza, pois mesmo os habitantes da antiga Beócia — exemplo clássico de indolência coletiva — poderiam ter-se transformado em ativos e enérgicos construtores de impérios. Bastaria que azedassem as laranjas que, sem esforço, colhia-se pelas beiras das estradas da sua terra ferilíssima.

Nos albores da sua história, era o Brasil um paraíso tropical onde — a não ser quanto ao fabrico do açúcar — ninguém precisava amassar o pão com o suor do rosto, desde que não fosse negro. De outra parte, Portugal nem tinha grandes necessidades, nem o adequado potencial de povoamento, para explorar a fundo o seu imenso domínio ultramarino. Bastar-lhe-ia — como bastou durante trezentos anos — escravizar um punhado de africanos para que fossem arranhando a extensa borda litorânea de um continente maravilhoso. Sem mercado interno que a forçasse a um aproveitamento intensivo das riquezas descritas por Brandônio — e cheia de suspeitas com relação a qualquer intercuro ou contato da sua colônia com o mundo exterior — por que iria Lisboa molestar-se com a ocupação econômica de milhões de quilômetros quadrados de terra inóspita? Por que mesmo, se — com reduzidos efetivos militares — mantinha praticamente indisputada a sua posse da vasta área?

No mesmo decênio daquele longínquo Seiscentos em que foram escritos os "Diálogos das Grandezas", Frei Vicente do Salvador repisava com outras palavras o tema da "negligência e falta de indústria" dos colonizadores portugueses. E, até hoje, repetindo a pejorativa comparação do antiquíssimo frade, costumava-se falar figurativamente da nossa "civilização de caranguejos", para expressar a convicção de que os brasileiros não possuem a menor vocação para o papel de Príncipe Encantado pelo qual espira a Bela Adormecida nas entranhas de um dos mais vastos e ricos impérios do planeta. Esse negativismo que, em uma certa fase da nossa existência, traduzia a impaciência nacional em face da lentidão com que progredíamos, veio a tornar-se — durante os três anos em que se exerceu o poder sorboniano — no grande argumento dos que tentaram transformar o Brasil num mero "quintal" dos Estados Unidos.

O fato, porém, é que Brandônio com a sua resposta e Frei Vicente do Salvador com o seu desapontamento apenas demonstraram que ignoravam a verdadeira natureza dos desafios que estavam sendo feitos, da mesma forma que usam de má-fé — nos nossos dias — os que procuram explicar a vagariedade do nosso desenvolvimento em termos de "fatalidades": de clima, de raça, de falta de capitais. E, menos perguntando do que afirmando o seu ponto de vista derrotista, indagam então: por que ficamos tão atrás dos Estados Unidos se, entre aquele país e o nosso, não existe praticamente diferença quanto à extensão territorial, o potencial de riqueza e a própria idade política? No entanto, tratando-se de um problema de filosofia da história, essa disparidade de avanço entre as duas nações precisa ser evidenciada pela comparação de dois fenômenos e não de duas situações.

Com efeito, não são da mesma categoria as curvas da evolução brasileira e norte-americana — e isso não apenas quanto às leis de variação de cada uma como, também, quanto aos planos em que se desenvolvem. Não podem ser postas lado a lado, a não ser estatisticamente. Mas, os números só expressam

dimensões, sem jamais revelarem — por si sós — a essência do processo. O que há a fazer, pois, é descobrir — na onda profunda da civilização que tem o Brasil por teatro — o que vem sendo escrito certo por meio das linhas tortas dos acontecimentos na superfície. Veremos, então, que — mesmo geograficamente — há um erro fundamental de ângulo, quando se compara os dois países. Hoje, são praticamente da mesma extensão as bases físicas das estruturas políticas das duas nações. Mas, nem sempre foi assim.

Ao tempo da independência, o território norte-americano representava, aproximadamente, uma sexta parte do atual. Foi esse território constituído pela aglomeração das treze colônias inglesas ao se libertarem, cuja área — no entanto — nem se distendia por todo o litoral leste dos dias presentes, nem tinha a profundidade que apresenta hoje. No sul, onde essa profundidade era maior, a linha de penetração esbarrava nos Alleghany — uma cadeia de montes que, na escala continental do moderno mapa estadunidense, não passa de um acidente costeiro. Com toda certeza, retrucarão os negativistas: por que, então, os Estados Unidos chegaram rapidamente a tanto partindo de tão pouco, enquanto nós — no mesmo prazo político — alcançamos tão pouco, tendo começado com tanto?

A resposta correta não é a que se estriba na desigualdade de capacidades nacionais. A diferença entre os progressos dos dois países se deve ao que, até há bem pouco se tinha como "caprichos da história". Isto é, não foram os mesmos os desafios a que tiveram de responder os brasileiros e os norte-americanos, bem como — antes das duas nações — os seus colonizadores. O tema remonta, assim, à pré-história das duas nacionalidades. Enquanto Portugal, por força das "desnecessidades" da sua estrutura medieval, preocupou-se unicamente com as equações geopolíticas do seu domínio de uma vasta área, a Inglaterra tinha por objetivo fundar um império mercantil. Desse modo, o que importava — para Lisboa — era firmar-se num continente com reduzidos contingentes de povoamento. E, olhadas as coisas por esse prisma, o esforço lusitano de colonização é uma das grandes façanhas do homem, inclusive — por interesse de dilatação da base demográfica — pelo seu liberalismo racial. Já para Londres, o que tinha importância era a criação de um sistema mundial de esferas de produção que se complementassem comercialmente.

E a maré da história, naquele momento, estava a favor do plano inglês, pois haviam sido abertas novas rotas oceânicas e se acelerava, dia a dia, o progresso da navegação. O interesse da Inglaterra era, portanto, o de fundar um mercado nas suas colônias da América e estabelecer uma economia de matérias-primas capaz de sustentar esse mercado. Assim, em vez de expandir-se pelo continente — que só poderia fazer arriscando-se a uma guerra com a França — preferiu Londres criar um campo de negócios. Uma circunstância favoreceu esse desígnio: a intranquilidade religiosa nas Ilhas que, provocando a fuga de largos setores da população predominou o ensejo de povoar com elementos já consumidores as novas terras do lado de cá do Atlântico. Contudo, eram tão reduzidos os contingentes desses fugitivos, que a coroa britânica teve de apelar para o Institute of slavery e para a fórmula do indentured servant, capturando negros na África e submetendo brancos a uma servidão temporária.

Mas, como vender era mais importante do que comprar — de acordo com a doutrina mercantilista em voga na época — os ingleses incidiram num erro em que os portugueses jamais haveriam de cair: a fim de aumentar o poder de aquisição do seu novo mercado, abriram os portos norte-americanos para a exportação direta de produtos que, obtidos em melhores condições noutras partes do império, não tinham poder competitivo na área das trocas comandadas pela City. Embora fosse terminantemente proibido fundar indústrias nas colônias — como acontecia no Brasil — eram elas livres de comercial com o resto do mundo, chegando mesmo a possuírem frota mercante própria. Quando a metrópole acordou, era tarde demais. Os súditos de "segunda classe" de sua Majestade Britânica já tinham capitalizado, possuíam fortes conexões políticas externas, principalmente com a França — que era, no momento, a maior adversária da Grã-Bretanha — e se encontravam internamente em posição de se revoltarem contra o imposto do chá e expressaram a sua inconformação com o estatuto da terra na bacia do Ohio.

Dessa forma, ao se libertarem da Inglaterra,

as treze colônias já possuíam uma base para se desenvolverem economicamente e o necessário potencial de agressividade que — nas sociedades elementares — é gerado pelo medo. Nós, no Brasil, para nos sentirmos seguros, nada mais tínhamos a fazer do que consolidar os muros políticos que cercavam a nossa imensa "propriedade". Os Estados Unidos, no entanto, só podiam satisfazer o seu desejo de expansão alargando a área do seu território. Quando expulsamos os remanescentes do general Madeira, colocamos o Atlântico entre nós e Portugal. Os ingleses, porém, ficaram por perto dos seus antigos domínios, hostilizando-os e mesmo tentando recuperá-los. Nessa hora, todavia, uma circunstância da história universal viria a favorecer o processo da consubstanciação da base geográfica norte-americana: a braços com uma crise profunda, a França deixou de pertencer ao novo país — para não o perder de todo — o seu vasto e rico território da Luisiânia, com a sua importante e estratégica bacia do Mississipi.

Armou-se, assim, o trampolim para o pulo estadunidense por cima das Montanhas Rochosas e para a ocupação, pela força, dos espaços que se estendiam até o Pacífico, os quais — em termos geopolíticos — já haviam deixado de pertencer ao México, desde o momento em que Nova Orleans se tornou uma chave norte-americana das linhas de penetração do continente. (Como lamentaria, depois, um estadista mexicano, o seu país ficou "longe de Deus e muito perto dos Estados Unidos.") A velha cidade francesa da boca do Old Man River tinha, na verdade, tão decisiva importância estratégica, que os ingleses fracassaram na sua ação militar de 1814 contra as antigas colônias só porque — embora tivessem podido incendiar Washington — foram derrotados na batalha pela posse desse porto do delta mississipiano.

Foi, portanto, sob o acicate de uma expansão geográfica que os norte-americanos iniciaram a sua existência de nação independente, enquanto os brasileiros começaram a sua vida emancipada dentro das fronteiras naturais de um continente recebido de mão beijada. E como a necessidade de conquistar espaço é mais estimulante do que a tarefa de conservar o que já se possui, os desafios a que tiveram de responder os Estados Unidos findaram criando as condições para o take off da economia, menos de um século depois da libertação política. De outra parte, devido ao tipo da colonização portuguesa — um esforço a longuíssimo prazo — o Brasil não dispunha, na hora do grito do Ipiranga, de um campo de força capaz de gerar os impulsos de progresso compatíveis com o problema de ocupar um vastíssimo território. Também não surgiram, em todo o decorrer da centúria passada, as circunstâncias históricas possibilitadoras da formação de um poderoso foco de irradiação. As conjunções favoráveis à nossa arrancada só viriam a ocorrer quando — ao impacto das necessidades criadas pela primeira guerra mundial — o ímpeto do antigo banderismo paulista se resolveu em pioneirismo industrial.

Os Estados Unidos tomaram posição na cabeça da pista no justo momento em que se tornaram independentes — isto é, século e meio antes de nós o fazermos. Hoje, no entanto, está reduzida a umas cinco décadas a distância entre o ponto mais elevado da curva do nosso desenvolvimento e a altura média das ordenadas do progresso norte-americano. E como tempo, nos nossos dias é mais uma simples dimensão — mas, principalmente, uma função da velocidade — essa diferença poderá ser eliminada em apenas um decênio. No transcurso dessa meia centúria que nos separa da primeira guerra mundial, o nosso avanço atingiu níveis que a expansão norte-americana levou cem anos para alcançar. E isso não ocorreu porque nos tornamos mais capazes ou em virtude de os nortistas do hemisfério terem ficado menos. É que não só eram mais poderosos os instrumentos postos às nossas mãos — em razão do espetacular adiantamento tecnológico — como se criaram, finalmente, as condições históricas favoráveis à nossa largada.

Além de duas conflagrações mundiais haverem provocado a dor que nos ensinaria a gemer, a população cresceu e passou a intercomunicar-se com mais intensidade, fazendo com que o mercado interno adquirisse dimensão continental. De outra parte, o extraordinário avanço científico e técnico deste último meio século aumentou enormemente o valor do elemento velocidade na equação do tempo que temos de vencer. Contamos, hoje, com mais meios — e de uma eficiência muito maior — do que dispunham os Estados Unidos na fase dos mesmos desafios. Quer dizer: os nor-

te-americanos levantaram vôo num teco-teco, enquanto nós — apesar de ainda nos encontrarmos na cabeça da pista — estamos esquentando as turbinas de um avião a jato. E já nos achávamos muito perto de atingir a rotação exigida para o take off — sendo irrelevante, historicamente, o fato de estarmos gastando combustível em demasia — quando o problema do nosso desenvolvimento, cruzando com o processo de militarização da economia estadunidense, foi transferido para a área das decisões do Fundo Monetário Internacional.

Ao transferirmos, para o centro das formulações econômicas do napoleãoismo industrial norte-americano, o problema de enfrentar a nossa crise de crescimento, abdicamos do direito de seguir o nosso próprio destino e fugimos ao dever de colocar, em termos de engrandecimento nacional, o esforço de aproveitamento das nossas riquezas. Abrimos as portas à invasão estrangeira de um império geográfico que a história nos concedeu com a obrigação de nós mesmos o invadirmos. E de que o fizemos sem o menor arrependimento da consciência oficial em face da nacionalidade ferida, prova-o o fato de os porta-vozes governamentais da política de satelitização do Brasil se apressarem em afirmar que sempre seria ótimo para nós o que fosse bom para os Estados Unidos. O colaboracionismo atingiu tal grau de desfaçatez que, até na Casa de Rio Branco — uma das grandes oficinas da nossa soberania — chegou-se a declarar que não existiam mais fronteiras físicas, mas apenas ideológicas. Corolariamente — pois este era o único e verdadeiro objetivo da nova conceitualização — esses limites subjetivos abriam a porta para a ação, dentro do País, do bonapartismo econômico internacional, disfarçado em defensor da ameaçada Civilização do Ocidente.

Não éramos, certamente, sem culpa de erro ou vício e até crime, mas não teríamos de responder por essas faltas perante o tribunal da nossa própria consciência histórica. Se tínhamos roupa suja, a nós é que caberia lavá-la — e dentro de casa, sem supervisão estranha. De qualquer forma, sendo produto dos expedientes de que se valeu o regime semicapitalista para sobreviver, esses deslizamentos foram mais um preço do que uma sucessão de pecados, públicos ou privados. Foram cometidos em virtude das solicitações de uma prosperidade intempestiva, diante da qual a velha ordem — para manter-se — só teve uma saída: fornecer o ópio, opiando-se ela também. Imoralidades houve, certamente, mas muito menos graves do que as perpetradas, depois, por uma política que — a pretexto de "limpar o terreno" — tentou destruir a nossa personalidade, a fim de que ficassemos a reboque de um Estado Universal, empenhado no estabelecimento do seu Milênio.

De nenhuma maneira, o problemas das nossas dificuldades poderia ser posto em termos de "moralização financeira", a não ser farisaticamente — como, aliás, o demonstraram os salvacionistas de araque, durante os mil dias em que deram cartas e jogaram de mão. Fenômeno econômico e não de caráter — ou só de uma coisa por causa da outra — a nossa crise foi produzida por uma série de falhas nas linhas de impulso de um progresso desordenado. E o fato de essa crise se ter prolongado — aumentando sempre de violência — se deveu à teimosia em não se querer tocar na superada estrutura da sociedade nacional. Fugia-se aos desafios da história, adiando-se constantemente o dilúvio que, de longa data, ameaçava desabar sobre a ordem dos "bons velhos tempos". Foi, sem dúvida, em virtude dessa política de apressar o dilúvio que o processo de crescimento do País se tornou um quebracabeça — uma confusão da qual se aproveitariam os charlatães monetaristas para fazerem com que, definitivamente, o Brasil fosse contido dentro dos quadros estáticos do semicapitalismo.

Há mais de três séculos, Brandônio atribuiu à negligência e falta de indústria dos moradores o fato de — como observou Alviano — haver tanta carestia de coisas que abundavam. Se ressurgisse nos nossos dias, relacionaria certamente — como era do seu ufanista feitio — os recursos de que dispõe o Brasil para tornar-se uma potência mundial. Como responderia ao companheiro, se este — continuando presa do ceticismo — lhe perguntasse, então, pois de que nasce tanta frustração se são muitos os meios para nos desenvolvermos rapidamente? Talvez a história nada lhe tivesse ensinado durante quase trezentos anos e meio e, então — como os herodianos de hoje — diria que a demora em nos erguermos à altura das



nossas riquezas é devida à resistência que temos oposto, jacobinicamente, à participação do capital estrangeiro nas nossas tentativas de expandir a economia.

Mas, se tivesse progredido em sabedoria, durante estas três centúrias que o separam da época em que foi um dos interlocutores dos "Diálogos das Grandezas", Brandônio concluiria que, hoje — como naqueles remotos tempos — não é por serem pouco industriais e diligentes, ou por lhes faltarem capitais, que os brasileiros se têm demorado em furar a barreira do atraso. Por longos séculos, a negligência nacional foi simplesmente condicionada pelo fato de não haver desafios a responder, a não ser, no princípio, os que eram feitos pelos invasores e saqueadores da costa — e estes foram enfrentados com tanto engenho e tamanha decisão, que o continente chegou intato às nossas mãos. Agora, como antigamente, o problema é de conjuntura histórica, não adiantando procurar satisfazer necessidades que ainda não existem ou criá-las em desacordo com o que está determinado. Então, a inteligência do momento — e só a possuem os que são verdadeiramente estadistas — é que dará a medida das iniciativas.

Encontramo-nos sob o fogo cruzado de duas frentes de desenvolvimento da história — e somente os tolos, os ignorantes e os proxenetas políticos as simplificam, reduzindo-as a trincheiras de uma guerra ideológica. De um lado, nos solicitam os processos da transformação global do mundo. Para outro, nos empurram as pressões dos poderes que resistem a essa transformação. Nem o mais bronco homem público da terra hesitaria, diante dessa encruzilhada, na escolha da estrada que leva à sociedade universal de todos os povos. E se, no Brasil, grupos de uma soi disant elite escolheram o caminho da servidão nacional foi porque — antes de serem poços de sabedoria — eram fossas de moribundos interesses antipopulares.

Com a contra-revolução do semicapitalismo, pretendeu-se aumentar o prazo do adiamento do dilúvio, numa das áreas mais sensíveis e decisivas da transformação do mundo. Mas a história, sendo dialética, promoveu a reação para que surgissem os desafios — e, assim, se criem a diligência e a indústria que não eram necessárias nos tempos de Brandônio.

Na batalha de Valmy, as tropas napoleônicas — simples hordas armadas sob comandos improvisados — derrotaram fragorosamente a fina flor dos exércitos profissionais da Europa. Naquela ocasião, como nenhum general, nenhum professor da arte da guerra, nenhum historiador oficial soubesse explicar tão inesperado desastre para as suas bandeiras, voltaram-se todos para Goethe — que se encontrava no bivaque do estado-maior dos vencidos — em busca de uma elucidação. A resposta do poeta foi a de que ali, naquele momento, começava uma Nova História.

Cento e cinquenta anos depois, estamos nos batentes de uma Nova Era, da qual pode ser um sinal — como nos tempos de Goethe — o fato de homens, mulheres e até crianças, armados de bodecos, estarem enfrentando no Vietnã uma máquina de guerra fundada na mais avançada tecnologia do mundo. Mas é, principalmente, nos quadros da profunda transformação que se está operando nas áreas em desenvolvimento que está sendo enterrada a velha história de conquistas militares, opressões econômicas e injustiças sociais. É, ainda, na aprendizagem das atuais civilizações verdes que reside a última esperança de sobrevivência da espécie humana, especialmente porque é onde se estão criando os meios e as condições para que seja rompido o processo americano-soviético de medievalização da existência em todo o planeta.

Não são muitas, todavia, as províncias históricas — culturalmente originais — que podem tornar-se no berço de uma nova Renascença, antes que Washington e Moscou completem o plano da divisão do mundo entre eles. As jovens nações africanas — surgidas, quase todas, a partir do fim da segunda guerra mundial — ainda estão engatinhando, com as suas linhas de cristalização política conturbadas instintivamente pelos particularismos das suas primárias estruturas tribais. Na Ásia, a Índia dificilmente limpará o terreno das milenares ervas daninhas que brotaram de superstições, fatalismos e profundas divisões de uma sociedade demograficamente congestionada. O Japão, de outra parte, perdeu o impulso ao ser derrotado na última conflagração, além de que — ao tempo do seu ciclo expansionista — já era uma pseudomorfose do Ocidente, tendo exagerado militaristicamente a brutalidade econômica do imperialismo branco. E a sua atual

prosperidade foi posta em termos pacíficos demais — isto é, de submissão às regras do novo Império Romano — para que venha a tornar-se numa tangente pela qual a humanidade amarela possa fugir ao esmagamento sem ter de esmagar. Quanto à China, de par com a sua saturação populacional, está com as costas contra a cerca da União Soviética, enquanto vem sendo acuada pelos Estados Unidos, que têm no Pacífico o seu lago. A maneira de São, no templo dos filisteus, quando lhe crescerem os cabelos partirá para o holocausto.

No Oriente Médio, a precária unidade das nacionalidades árabes tem na religião o seu principal fundamento e, apesar do sentido de universalidade do Islam, são sociedades primitivas demais para deixarem de lado a espada de Maomé como instrumento de catequese. O nasserismo não passa de uma política de chantagem contra os Dois Grandes, usando o barril-de-pólvora de uma das mais estratégicas zonas do mundo como principal arma de defesa de uma das mais retrógradas ordens sociais de toda a Terra. Na mesma área, o Estado de Israel é apenas um laboratório, cujos experimentos só podem vingar em nações-piloto, como a sua própria — e que só poderão ampliar-se por meio de uma ação no mais velho estilo: a guerra de conquista. Na Oceania, a Austrália e a Nova Zelândia estão condicionadas ao processo de atualização do Império Britânico — sem condições, portanto, para realizarem um esforço histórico inédito — enquanto a Indonésia se acha na linha fluida de um dos mais sensíveis espaços do planeta, apertada entre o incêndio do sudeste asiático e a parede das bases militares norte-americanas.

Na parte norte do nosso hemisfério, o México está sendo gradativamente transformado — desde que Cuba desapareceu como "paraíso tropical" — numa colônia turística dos Estados Unidos. O seu velho ódio, criado pela espoliação militar de uma vasta porção do seu território, está sendo esvaziado pela torrente de dólares fáceis, vinda do outro lado do Rio Grande. Sua fibra nacionalista, que produziu tão vigorosas formas de uma cultura original, está amolecendo — como Aníbal perto de Roma — nas delícias de Cápuia-Acapulco. Na América Central, os Tachos e Patachos tiranizam países que são meras plantations de monopólios de frutas sediados bem longe e, mesmo que tudo se prepare para a volta de Sandino e a ressurreição de Arbenz, jamais uma nova história poderá ser escrita com cachos de banana. Nas Caraíbas, o panorama é idêntico — e se existe uma revolução em Cuba, ela foi feita por descuidistas que, sem meios de propagação, a não ser os emocionais, acabaram realizando a contra-partida atlântica de Formosa.

No extremo setentrional do hemisfério, acima do paralelo que corta os Grandes Lagos, o Canadá é um largo espaço vazio — em grande parte inóspito — entre os estabelecimentos populacionais das duas costas. Os desafios desse continente boreal estão sendo respondidos de fora, por meio de uma "invasão branca" que já fez com que se tornassem secundárias as relações com a metrópole europeia. Vozes já se estão levantando na denúncia de uma infiltração que está impedindo o florescimento de uma cultura nacional. E o relatório de uma Comissão Real — constituída para investigar o processo dessa infiltração e medir suas consequências — concluiu que o desenvolvimento daquele domínio britânico tem os seus centros de decisão localizados nos Estados Unidos e que as necessidades de progresso do país vêm sendo satisfeitas em função dos esquemas mundiais da expansão econômica-militar norte-americana. Trata-se, portanto, de uma província histórica que — absorvida pelo poderoso vizinho ou permanecendo dentro do quadro da tradição inglesa — jamais poderá servir de estopim para a explosão de uma nova Era.

Na América do Sul, nenhum país de origem hispânica entrou ainda na idade industrial. A própria Argentina carece dos impulsos que, produzidos por uma forte expansão demográfica, determinam a criação do mercado interno. Além disso, são limitadas — e de pouca variedade — as suas reservas de matérias-primas básicas. Sua antiga prosperidade era superficial, uma vez que da mesma só se beneficiavam a plutocracia de Buenos Aires e a aristocracia crioula dos latifundiários do gado e do trigo. E tanto era assim, que toda a economia nacional entrou em colapso, quando o "justicialismo" peronista tentou estender à massa do povo o bem-estar que a riqueza só podia assegurar a grupos restritos. Em consequência, é hoje uma nação constrangida por uma das mais troglodíticas formas de militarismo — o de casta — o qual, frustrado durante cem anos

pela impossibilidade de fazer guerra ao Brasil, transferiu para a ordem política doméstica a pressão que não pôde resolver-se em xeques-mates ao Rio de Janeiro.

Em última análise, pois, só o Brasil tem condições para abrir a cortina de uma nova história, dentro do apertado prazo que tem o Terceiro Mundo para sair do limbo. É um Estado continental — com possibilidade, portanto, de enfrentar os esquemas de dominação do napoleonismo industrial norte-americano da única maneira que é possível: pelo desenvolvimento rápido de uma "economia de largos espaços". Possui uma grande população e em vigoroso crescimento — o que assegura uma constante dilatação do mercado doméstico, já estando criada a tensão demográfica que forçará a ocupação das imensas áreas vazias do território. Aliás, já é tão forte essa tensão e tamanha a sua importância como fator do veloz engrandecimento nacional que — aproveitando a sua temporada no poder — os planejadores herodianos tentaram neutralizá-la. Chegaram a lançar balões sobre a necessidade de ser estabelecido o controle da natalidade, ao mesmo tempo em que abriam as portas aos esterilizadores — mandados de Washington como missionários e membros do Peace Corps — com a missão de fazer experimentações para trancar o útero das mulheres humildes do País.

De outra parte, não é mais o Brasil uma área subdesenvolvida, como o classificam os generalizadores relatórios das Nações Unidas, mas sim — pelo menos até antes de ser estabelecido o consulado sorboniano — um País em espetacular desenvolvimento. Ainda mais: política e socialmente, apresenta o povo brasileiro uma inabalável coesão, apesar dos grandes desníveis ainda existentes entre regiões e camadas da população. E embora esse povo seja, também, o produto de um melting pot, não se encontra traumatizado pelas separações raciais e as divisões religiosas que estão na origem da tragédia nacional dos Estados Unidos. É uma gente nova — e não apenas porque a metade dos habitantes não tem mais de vinte e cinco anos de idade — mas sim porque, pela sua filosofia coletiva de vida, é de espírito aberto a todas as tentativas de renovação e aperfeiçoamento. Se bem ainda instintiva, é legítima criatura do humanismo do Ocidente, com reservas de universalidade que a interpretação simplista leva à conta da sua "índole pacífica". E é esse humanismo — cuja transcendência se evaporou aos trancos e barrancos da guerra fria — o germe da sociedade mundial em que se transformará o presente arquipélago de culturas, já em processo de esgotamento histórico.

O esvaziamento dessa história — cujas correntes se dividiram para formarem os estuários do poder i o mundial dos Estados Unidos e da União Soviética — já se tornou tema de especulações para muitos pensadores norte-americanos, que começam a preocupar-se com o desaparecimento da grande tradição humanística da paisagem cultural do Ocidente. Na conclusão desses scholars, estar-se-ia restringindo a perspectiva universal de uma civilização cujos valores são mais velhos do que Homero. E um professor de Harvard, pondo em evidência o despreparo de Washington para o papel de guardião da sociedade atlântica, parte para a afirmação de que — como formulação idealística — a teoria do Mundo Livre não atinge um só dos problemas fundamentais do progresso humano.

Num ensaio lido como aula inaugural da sua cadeira, lamentou ele que não se tenha desenvolvido — na formação da mentalidade norte-americana — uma visão do mundo idêntica à que adquiriram os povos de origem ibérica do hemisfério. Estes, no seu entender, apresentaram-se com maior maturidade cultural, apesar de ter sido mais lenta a sua caminhada histórica ou, talvez, por isso mesmo. Recordando que a velha e complexa sabedoria da Europa se transportou para as Novas Terras em duas correntes paralelas, assinalou o mestre que, na área da projeção de uma delas — a mediterrânea, latina e católica — produziram-se formas e maneiras de viver que se conservaram mais fiéis aos valores da alma mater do que as criadas no espaço geográfico da propagação do ramo nórdico, saxônico e protestante.

A tese central do referido ensaio é a de que a ocidentalização da América manteve a tônica humanística nas culturas do desdobramento latino, enquanto que — na resultante do processo saxônico — tornaram-se parciais os critérios valorativos. Mostra, ainda, o

professor Mumford Jones que nem mesmo se desenvolveram de maneira idêntica as línguas trazidas pelas duas correntes. Na faixa da projeção mediterrânea, os idiomas não perderam o contato com o simbolismo da fala materna, muito embora tenham inovado e até transferido o significado de umas palavras para outras. Já na paisagem do desenvolvimento nórdico, as modificações não se limitaram à necessidade de estabelecer relações num novo meio — onde muitas coisas não tinham nome — e sim que se aprofundaram até o rompimento conceitual. Daí, explica o mestre, não haver correspondência vocabular entre o rico personalismo do homem sul-americano e o rude individualismo estadunidense, com o seu mito do self made man e a figura desse herói popular "contra o mundo": o yankee.

Existe mais identidade de fato, de determinismos, entre as civilizações criadas pelos portugueses e ingleses na América — inclusive pelo fato de ambas haverem substituído o índio pelo negro — do que entre a brasileira e as nascidas do mesmo berço mediterrâneo. As duas, por outro lado, possuem estruturas geográficas contínuas, de dimensão continental — o que lhes dá a vantagem de terem, dentro do território, as fontes de matérias-primas e o mercado. Já na área hispânica, houve uma pulverização política que, em alguns casos, transformou "irmãos" em inimigos — pelo menos em maus vizinhos — e estreitou as faixas próprias de crescimento econômico.

Não nos devemos esquecer, no entanto, de que essa corrente já partiu da Europa transvalorizada pelo pragmatismo calvinista e pelos conceitos ou preconceitos que, na paisagem virgem, iriam produzir — como sendo da vontade do Altíssimo — a presunção da white supremacy e a mística do "destino manifesto". A verdade mesmista, pois, é a de que a mentalidade isolacionista, parvoqual, que presidiu à formação dos Estados Unidos, já viera em germe no bojo da decisão — tomada por minorias religiosas — de fundar, em outro lugar da terra, uma sociedade exclusivista, "só para elas".

De outra parte, talvez por se ter mantido atlântico o processo da formação brasileira, é que foram preservados — durante a longa incubação de um novo império na América — os valores da corrente mediterrânea, latina e católica da Civilização do Ocidente. Com efeito, diferentemente dos Estados Unidos, o Brasil é um país de um oceano só. E resultou assim porque nos tivesse faltado fôlego para empurrar o Meridiano de Tordesilhas por cima dos Andes, pois uma das nossas bandeiras chegou a alcançar o Pacífico. O caso era que esse mar não tinha, para nós, a menor servidão histórica, como não tem para as próprias nações que nele encostam. Na realidade, as suas águas — ao sul do Equador — ligam esferas de cultura e produção que não se complementam. Esta é uma observação que os fatos político-militares dos nossos dias mais reforçam, uma vez que — em virtude da radical transformação da milenar sociedade asiática — mesmo os norte-americanos só têm, hoje, um produto para ser colocado lá: a bomba atômica.

Toda a parte sul do hemisfério americano — sem exceção das áreas ao longo do Pacífico — está dentro do raio de ação da civilização atlântica. Será na direção leste, portanto, que terá de desenvolver-se essa vasta e rica região do globo. E como, abaixo da linha equatorial, o antigo Mar Tenebroso é um lago brasileiro, haverá de ser em decorrência da capacidade do Brasil para ocupar economicamente o seu território, que os povos ao seu redor poderão, um dia, romper a barreira do atraso. Antes que seja realizada a integração do nosso império geográfico — que é a única maneira de construir, na nossa parte do continente, o traço de união entre os dois mares — jamais os nossos vizinhos sairão do estágio primário da realização da sua riqueza. Os povos andinos, por exemplo, terão sempre o seu progresso estrangulado pelo Canal do Panamá, pois este — que é a sua única via de saída — é uma das portas de entrada do sistema, implantado pelo napoleonismo industrial norte-americano, para a obtenção de matérias-primas a preços vis.

Essa responsabilidade do Brasil no desenvolvimento da América Latina, sendo de determinística geográfica, condicionou o processo de sua formação política. Já a colonização portuguesa teve a intuição do fenômeno — um impulso profundo a cuja pressão continuou sujeita a dinâmica histórica da cristalização da nacionalidade, depois de tornar-se independente o País.





## À Nova Argentina um recado do povo-irmão

CARLOS RODRIGUES

Nos fins da década de 40 e princípios da de 50, não havia um só brasileiro que não vibrasse com a prosperidade da nação argentina. A Buenos Aires de então, transformada numa espécie de meca da América do Sul, despertava em todos nós um desejo imenso de conhecê-la. Os que de lá voltavam, confessavam-se deslumbrados com o desenvolvimento do nosso país vizinho.

O baixo custo de vida, a abundância de alimentos, principalmente a carne que se presta aos tão saborosos churrascos. O preço da hospedagem — quase tão irrisório na época em relação aos hotéis do Brasil, e ainda hoje muito mais barato —, os tecidos de lã, o metrô de Buenos Aires e o próprio estilo de vida argentino, muito parecido com o dos europeus, fascinava os turistas. A Argentina gozava de tanta saúde naquele período de transição dos anos 40 para os 50, que chegava a ser apontada pelo mundo como a nação líder da América Latina. E nós, os brasileiros, nos orgulhávamos disso.

Não houve um único brasileiro politizado que não tivesse acompanhado atentamente e com profundo pesar as sucessivas crises político-militares que se desenrolaram na Argentina após 1955, ano em que ocorreu a deposição de Perón. Nada nos comoveu mais, agora, do que o triunfo de Hector Campora, não por ele mesmo, mas pelo que a sua vitória significa para a Argentina: o fim do regime militar. Estamos torcendo para que o êxito alcançado nas urnas não seja apenas um fiasco, mas que se converta num pleno e perene retorno da Democracia ao país-irmão.

De tudo o que se fez na Argentina no decorrer desses últimos 17 anos, uma coisa nos causa profunda admiração: o espírito de combatividade e resistência do trabalhador argentino que, acuado durante todo esse tempo pelas forças da repressão castrense, soube manter com dignidade a luta em defesa de seus ideais. Em outras nações como na Bolívia e Paraguai a repressão desmantelou as estruturas sindicais, esfacelou o operário e dizimou o camponês. Na Argentina, ninguém conseguiu imobilizar o trabalhador, ninguém conseguiu destruir a Confederação Nacional dos Trabalhadores. Este fato não passará em vão para a História, ficará para sempre. Bela lição!

Há uma velha tática muito conhecida e que os governantes lançam mão quando não conseguem superar os conflitos de política interna. Partem para o confronto com outras nações, na esperança de unir o povo em uma causa comum, a da "pátria ameaçada". O Governo militar argentino se manifestou hostil com o Uruguai, pelo menos, em duas ocasiões. De uma feita, pela disputa de soberania sobre uma ilha de areia no rio Paraná e de outra quando invadiu as águas territoriais daquele país para ir buscar um barco que as autoridades de Montevideu reclamavam ter efetuado operações de carga em águas de sua jurisdição.

Recentemente o governo militar da Argentina proibiu a pesca dentro de suas 200 milhas a qualquer outra nação prejudicando através dessa medida os interesses de mais de 30 indústrias pesqueiras do Rio Grande do Sul que utilizam a merluza como o forte da matéria-prima capturada. Como esse tipo de peixe desloca-se em cardumes migratórios, os barcos brasileiros eram obrigados a atravessar a fronteira perseguindo-os para completar a jornada de pesca. No Peru, onde a atividade da pesca predomina, qualquer país pode pescar dentro dos limites das 200 milhas desde que pague uma taxa e aceite as condições estabelecidas para aquela atividade.

Quando de sua visita ao Brasil o general Alexandre Lanusse, numa atitude deselegante e descortês, quebrou o protocolo e improvisou, no meio do discurso que fazia no Alvorada, para fazer veemente crítica à construção da Usina de Itaipu, que será a maior hidrelétrica do mundo e abrirá 11 mil novos empregos na fase de realização do empreendimento. Isto sem falar no fator de integração entre o Brasil e o Paraguai e quem sabe, até a Argentina, porque parte da energia produzida poderá beneficiar uma enorme área do norte argentino.

Não queremos com isso dizer que a Argentina não tem algumas razões com a sua grita, só achamos que o país-irmão deve reivindicar sua participação no consórcio e não a anulação do projeto. Que o que acabamos de mencionar tenha acontecido sob a égide dos mandatários militares, entende-se, ávidos como estavam de permanecer no poder a qualquer preço. Mas, que essa atitude parta daqueles que conta-

ram com a simpatia e o apoio de uma parcela considerável da opinião pública brasileira, parece que, com muita boa vontade, só podemos atribuir tal fato a uma questão de insensatez.

Um dos mais repugnantes atos que se tem notícia na nossa História contemporânea foi o cordão sanitário que os "aliados", sob a hegemonia dos Estados Unidos, estabeleceram em torno da União Soviética, depois da Primeira Guerra Mundial. A prova de que Campora não aprova o bloqueio econômico a Havana está no fato de logo depois de eleito ter declarado que reatará relações diplomáticas com Cuba. Então que onda é essa de querer reviver essas cenas deploráveis no palco da América Latina, procurando inclusive aliciar os países do Pacto Andino. Por que tentar dividir a América Latina em América Latina espanhola, portuguesa e francesa se depois de tanta luta contra os nossos dominadores chegamos nós, todos os latino-americanos, a um momento histórico em que sentimos a necessidade de união, de integração e da concentração em torno dos ideais que devem ser causa comum às nossas 22 nações e fontes de inspiração para a transformação dessa colcha de retalhos em um só bloco monolítico e coeso? O que o sr. Campora está fazendo, talvez inconscientemente, é o jogo do inimigo comum, que ele apesar de sua falta de estrutura ideológica deve saber perfeitamente de quem se trata.

O que se deve colocar na cuca de uma vez por todas é que o Brasil, embora ainda subdesenvolvido, é um país de dimensões continentais com grande potencial de riqueza e que mais cedo ou mais tarde teria que deslanchar, com este ou outro Governo. Pode-se dizer sem falsos ufanismos que a vocação do Brasil para o desenvolvimento é quase natural e o crescimento deste país — como almejamos, os brasileiros — esperamos que se converta numa fonte de benefícios para todos os Estados-irmãos.

PS — Ao que sabemos a Fiat vai instalar no Brasil uma nova subsidiária, mas se a instalação dessa indústria automobilística italiana provocar o fechamento da Fiat argentina, creiam os nossos irmãos argentinos, consignamos a nossa mais veemente repulsa a esse tipo de transferência que afetará em muito o parque industrial da Argentina.

## A conspiração da ITT

Terça-feira da semana passada, William Merrian, vice-presidente da ITT, foi à Subcomissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano e confirmou que sua empresa conspirou para impedir a posse de Salvador Allende. Na quarta, um outro diretor da ITT, John McCone (ex-diretor da CIA, até 1965, de onde saiu para o quadro de executivos da multinacional) confirmou o depoimento de Merrian e acrescentou: oferecemos um milhão de dólares para ajudar o governo dos Estados Unidos a impedirem que Allende fosse eleito pelo Congresso. Travou-se, então, o seguinte diálogo:

Senador Clifford Casse — Que pretendia fazer com a doação de um milhão de dólares?

McCone — Pensava numa ação construtiva, de obras sociais que incluíam residências, assistência técnica, de garantias às instituições chilenas.

Senador Frank Church — Deixe-me apresentar-lhe uma situação hipotética. Suponhamos que numa eleição norte-americana o candidato que se opunha aos investimentos externos não tivesse conseguido a maioria absoluta. Como se-

o senhor veria se por exemplo a Shell Oil advogasse junto ao governo britânico para evitar sua confirmação?

McCone — Sentir-me-ia deprimido.

Senador Frank Church — Como o senhor acredita que se sentiriam os chilenos num caso semelhante?

McCone — Com eles há uma diferença, porque dois terços do povo chileno não apoiavam esse candidato.

Senador Frank Church — Nixon foi eleito pela primeira vez sem contar com a maioria do voto popular.

Está aí mais uma face da ITT. A conspiração contra os governos legitimamente eleitos na América Latina consta também de sua promoção de vendas. E não havia como mentir. Os documentos de Jack Anderson estão todos rubricados pelos dirigentes da ITT que, inclusive, utilizaram os serviços de políticos — Eduardo Frei, Jorge Alessandri e Pablo Rodriguez — e jornais chilenos — os da cadeia El Mercurio —, para tentar impedir a posse de Allende. E dizer que a CIA não estava implicada seria também mentir. Aqui está por exemplo, uma prova da também conspi-

ração da central de Inteligência no Chile.

### INTERNATIONAL HEADQUARTERS

To Messrs. Merrian/Neal/Ryan

From E, Gerrity

Pessoal e Confidencial

Data: 30 de setembro de 1970.

Assunto:

Ontem, depois de visitar Mr. Broe (William Broe, diretor da CIA para assuntos clandestinos na América Latina) John Guilfoyle (vice-presidente da ITT em Nova York e presidente para a América Latina) fui informado do seguinte por parte de Enno Hobbing, da CIA:

Hobbing foi visitado ontem por Gregorio Amunátegui (político do Partido Nacional chileno) que é um dos representantes de Alessandri (Jorge Alessandri, candidato do Partido Nacional às eleições presidenciais de 1970) Gregorio havia chegado de Santiago e sua mensagem para Hobbing de parte de Alessandri era "manter a calma, não sejamos apressados, estamos progredindo".

Isto está em contradição direta com o que Broe recomendou.

Chamarei ele mais tarde para discutir a reação de HSB em meu telex. Discutiremos os detalhes. Ele esteve de acordo comigo em que a sugestão de Broe não era realizável. Entretanto ele sugeriu que tratemos com Broe de forma mais discreta".

É evidente que a atual investigação no Senado dos Estados Unidos só trará benefícios mesmo para os norte-americanos. O objetivo lá é provar que a ITT envolveu-se em conspiração no exterior para evitar que a Overseas Private Investment Corporation (OPIC) pague US\$ 92,6 milhões de indenização a multinacional. Em termos latino-americanos é apenas mais uma advertência. E uma advertência muito séria sabendo-se que 300 grandes firmas dirigidas dos Estados Unidos controlam 90% das indústrias latino-americanas.

Quanto à ITT propriamente dita, ela já tem precedentes, inclusive no Brasil. Um dos seus dirigentes esteve envolvido com o IBAD, em 1963, em atividades políticas contrárias aos interesses nacionais.



Um confronto entre Brasil e Argentina? O "Le Monde" diz que está a caminho porque os peronistas "com a ajuda dos países do Pacto Andino poderiam efetivar o isolamento do Brasil na América Latina". Já o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que se antecipou à Arena na defesa do governo do general Médici ante os violentos ataques dos peronistas, acha que a arenga é criação de políticos e jornalistas de Buenos Aires, "uma excitação verbal e patriótica que procura perturbar as relações entre Brasil e Argentina". O certo é que Jorge Júlio Creco, secretário-geral do Movimento Nacional Justicialista, disse em Bogotá, na semana passada, que "a Argentina só tem problemas com o Brasil, na América Latina, país que está criando fatores de irritação e desconfiança entre os argentinos, especialmente pela construção de represas hidrelétricas no Paraná, o que foi feito sem critério de cooperação internacional".

Mas o atual governo argentino, preocupado com os perigosos caminhos tomados pela discussão, através de sua Chancelaria, distribuiu nota oficial explicando que há validade no "Acordo de Nova Iorque", assinado pelos ministros Mário Gibson Barboza (Brasil) e brigadeiro Eduardo McLoughlin (Argentina). Seu comunicado salienta que existe uma cláusula que obriga o Brasil a prestar "informação técnica prévia para a realização das obras". Isto porque se fossem previstos "sensíveis prejuízos" para a Argentina, haveria tempo para modificar o projeto. E numa resposta aos peronistas a Chancelaria afirmou que "pretende-se, erroneamente, argumentar que segundo este artigo (Acordo de Nova Iorque), um Estado, desde que forneça as informações técnicas, poderá realizar qualquer obra, ainda que cause prejuízo sensível ao vizinho. Esta argumentação — prossegue — não é correta nem coerente, porque revogaria o artigo primeiro do Acordo cuja finalidade é impedir que a exploração de recursos naturais pelos Estados causem efeitos prejudiciais sensíveis em áreas situadas fora de sua jurisdição nacional".

Do lado de cá sabe-se apenas que com a visita do general Alfredo Stroessner ao Brasil, no próximo mês, será assinado o acordo de formação de uma empresa binacional, que seria a responsável pela construção e exploração da hidrelétrica de Itaipu (ex-Sete Quedas), que quando estiver pronta, em 1980, produzirá cerca de 11 milhões de kw, ou seja, três milhões a menos do que a atual capacidade energética do Brasil. Ela ficará no rio Paraná, na divisa com o Paraguai, alguns quilômetros antes do projeto argentino da hidrelétrica de Corpus e custará dois bilhões de dólares, possivelmente emprestados dos Estados Unidos, Japão e alguns países da Europa. Do lado de lá se invocam pretextos estratégicos e econômicos para vetar "qualquer projeto em Itaipu que prejudique os interesses nacionais". Os estratégicos são as vantagens que o Brasil teria, em caso de conflito, de prejudicar o curso do rio Paraná. Os econômicos são de diversas ordens, como a impossibilidade de realizar Corpus, com enormes prejuízos à Argentina.

#### NACIONALISMO E PROTECIONISMO, AS METAS DE PERÓN

Em entrevista ao jornal "La Vanguardia" (20.03.73), de Barcelona, o ex-presidente Juan Perón diz que "é necessário controlar a economia e ver de onde procedem os investimentos estrangeiros, os quais conhecemos suas intenções e não lhes permitiremos que nos hipotequem, que nos descapitalizem, que nos rou-

bem". E nesta passagem da entrevista o líder do justicialismo mostra a quem está endereçada suas acusações: "há realmente problemas na economia argentina. Mas para resolvê-los há uma fórmula rápida e simples: só consiste em não nos deixarmos roubar pelos Estados Unidos".

E, de certa forma, existem fortes razões para os peronistas ficarem alertas contra o capital norte-americano. Afinal de contas, depois da "Revolução Libertadora" de 1955, o país foi todo desnacionalizado, mais de 50 bancos e cerca de 150 grandes indústrias nacionais passaram para o controle do dólar, ocasionando, com isso, uma remessa de lucros para o exterior de cerca de um milhão de dólares por dia. E mais uma vez aqui entra o exemplo de Macondo. Quando os norte-americanos chegaram, o país tomou ares de desenvolvido. Falou-se até em "milagre argentino". E ao saírem (eles sempre saem, pois nunca entram para ficar) o país ficou tão arruinado que só restou aos militares se conformarem em reintegrar o poder seus tradicionais inimigos peronistas.

O programa nacionalista da Frente Justicialista de Libertação, entretanto, não foi elaborado por pirraça ou vaidade. Por isso o atual namoro com o Pacto Andino. Sobre ele, diz a plataforma de governo peronista: "Exatamente por causa das deficiências da ALALC os países do Pacífico se comprometeram em um programa de autêntica libertação. Aspiram e já começaram a concretizar, a uma união econômica dos fatores de produção, como a adoção de políticas comuns, o que já ocorreu em temas fundamentais como são os correspondentes a investimentos estrangeiros, licenças, patentes, marcas e privilégios. O governo justicialista dará o máximo apoio a este

## ITAIPU

# Um dado apenas em divergências mais sérias

EVALDO DINIZ



programa e proporá aos países do Acordo de Cartagena fórmulas adequadas para acertar uma vinculação íntima com a Argentina".

O medo dos argentinos, e há grandes evidências sobre isto, é o que eles chamam de "eixo Brasília-Washington". Aliás, Sanchez Sorondo deixou claro que poderia haver acordos entre Brasil e Argentina "desde que ele abandone suas pretensões expansionistas opostas aos interesses comuns da América Latina". E aqui começa a se descortinar um novo quadro sobre as divergências entre os dois maiores países da América do Sul. Na verdade, o que há é uma luta de interesses por parte dos peronistas, para mudar o equilíbrio de forças no Continente.

Por isso é que a análise quanto à estratégia da política exterior argentina, no futuro governo, não pode ser realizada em termos emocionais dos debates sobre Itaipu. A hidrelétrica é apenas um dado na visão continental dos peronistas, embora ela esteja associada a seus planos de desenvolvimento econômico. No plano principal está uma guinada nacionalista para fortalecer a área latino-americana (México, Peru, Chile, Equador, Panamá e Venezuela) que começa a contestar a validade dos investimentos estrangeiros indiscriminados, visando criar um imenso mercado consumidor na região tomando por base o Pacto Andino, porque eles entendem que esta é a única forma de realizar o desenvolvimento econômico no Continente, desvinculado das pressões dos países industrializados que, diga-se de passagem, lançaram-se numa guerra surda depois da queda desastrosa do dólar na Europa e no Japão, pela diversificação de mercados para seus produtos agrícolas e manufaturados.

E os pronunciamentos dos líderes peronistas estão todos nesta tônica, mais a abertura total com a área socialista, inclusive com Cuba, "não só por sua solidariedade com a luta antiimperialista, como também porque neste caso (seu isolamento da OEA) só serviu para facilitar sua inserção em outras áreas de influência" ("Pautas Programáticas"). Foi o que se pode dizer uma questão de opção. Dentro da atual divisão político-estratégica na América Latina, existem áreas bem definidas em relação ao capital estrangeiro. Temos os países que orientaram sua ótica de desenvolvimento baseado no fluxo de dólares norte-americanos e japoneses e, outros, como os Pacto Andino e México, que fazem restrições a eles (ao capital estrangeiro indiscriminado), porque o consideram pontos de descapitalização financeira.

Os peronistas, por origens, são nacionalistas. O peronismo nasceu em 1943 exatamente da reação dos empresários argentinos, associados aos trabalhadores e intelectuais, à entrada maciça de dólares que sufocavam o desenvolvimento industrial. Um nacionalismo mas sem conotações chauvinistas. Aliás, na Argentina de Juan Perón, os investimentos europeus (controlados) gozavam de muito mais regalias do que os norte-americanos. E esta tendência parece que vai prevalecer. Em Madri, há alguns meses, Perón disse que o futuro governo argentino poderia prescindir do capital norte-americano porque hoje no mundo existem outras áreas investidoras — referia-se ao Mercado Comum Europeu — e que não faziam tantas exigências.

E o confronto que eles dizem existir com o Brasil insere-se exatamente neste ponto. Uma espécie de repetição dos temores do general De Gaulle, que não queria a Inglaterra no Mercado Comum Europeu porque imaginava que ela poderia ser uma ponta-de-lança dos interesses dos Estados Unidos na Europa. Daí a designação de subimperialismo com que os peronistas e os outros povos latino-americanos designam o Brasil. Com efeito, enquanto aqui os investimentos estrangeiros gozam de relativa tranquilidade, no Pacto Andino eles estão severamente policiados e não podem remeter juros além do fixado pelo Estado e serão impedidos de agir onde existem setores nacionais capazes de realizar a tarefa do desenvolvimento. Ainda na semana passada o ministro Reis Velloso, do Planejamento, dizia para os formandos de um curso de pós-graduação da Universidade de Brasília que a "legislação brasileira quanto a investimentos externos se caracteriza por não estabelecer limites quantitativos às remessas de lucros para o exterior e por não definir explicitamente setores em que sejam, ou não, permitidos investimentos estrangeiros".

#### MERCADOS, A OUTRA FACE DAS DIVERGÊNCIAS

Hoje, na América Latina, virou praxe dar benefícios fiscais às empresas exportadoras. E os países que já controlam o comércio exterior — como o Peru, por exemplo — enviam missões a diversas áreas para incentivar a exportação. No caso do Brasil e Argentina há igualmente uma disputa comercial. A entrada dos argentinos no Pacto Andino, como diz o "Le Monde", poderia realmente resultar num isolamento brasileiro, isto porque a Argentina, com seu importante parque industrial, poderia suprir as necessidades sub-regionais, em troca de matérias primas. Nestes termos, o Pacto Andino foi uma espécie de resposta à ineficiência da ALALC, que errou por servir apenas aos interesses dos países maiores.



# Congresso desfigurado

PEDRO CAMPOS, de Brasília

Quem circula diariamente pelos corredores do Congresso Nacional ouvindo e assistindo o que se passa nos bastidores, nota a tradicional "movimentação festiva", em particular na Câmara dos Deputados. Uma festa sempre animada que vem da Tribuna, se espalha pelo Plenário luxuoso e, de permeio com lufadas de ar condicionado, escapole para o cafezinho, o restaurante, as salas de espera, os corredores, as Comissões e, finalmente, atinge as dependências do Anexo-III onde estão os novos gabinetes dos Deputados.

No Senado o clima é mais de tranquilidade e só os grandes pronunciamentos das lideranças conseguem movimentar a Casa. Ali nossos velhos representantes parecem estar mais voltados para o plenário do que para os bastidores. É a festa é menor. Mas o trabalho não tem características muito diferentes: os resultados são poucos. O ambiente de seriedade e recolhimento só faz tornar mais pesadas as vozes dos senadores. Os pais da Pátria ocupam, vez por outra, os microfones, mas a ressonância das suas vozes ainda está em circuito fechado.

Quer queiram quer não, a voz de toda a classe política, perdeu a sonoridade do passado, não tem mais eco. E a sofisticada acústica do moderno equipamento de som do Congresso, sem oradores convincentes não conseguem sensibilizar a opinião pública. Tanto as mensagens da Arena quanto as do MDB, esboram-se por carência de substância, perdem o significado, não despertando, por isso, o interesse das classes mais esclarecidas. Da juventude, principalmente.

É isto é mau.

Quando acusam o Governo de trancar as portas, caberia aos políticos pelo menos abrir as janelas para que o ar entrasse ou, se é isto o que falta, para que novas forças entrassem e viessem ajudá-los na tarefa de forçar a abertura das portas. Do contrário ficarão presos, rodando em torno de si mesmos, na eterna festa do Congresso Nacional onde o povo, como em muitas outras vezes de nossa História, sente, antes de tudo, que não está bem representado.

Grandes faixas da opinião pública estariam dispostas a manifestar o seu descontentamento com o que existe na

atual conjuntura política, social e econômica do Brasil mas este sentimento se frustra por falta de representatividade. Nem a Arena nem o MDB — e aqui permitimo-nos o chavão: "com honrosas exceções" —, por seus integrantes da área federal, que é o enfoque da análise, aglutinam toda a opinião pública em suas múltiplas facetas que incluem os 30 milhões do Mobral e os 800 mil universitários; os milhões que "fogem" da casa própria porque não há como pagá-la, vestir-se e comer ao mesmo tempo sem ir para a cadeia com títulos protestados e as minorias que, no vértice da pirâmide social, desfrutam do crescimento do famigerado PNB; uns e outros, velhos e novos, políticos e apolíticos, esclarecidos e ignorantes, no campo ou na cidade. Imensas faixas da opinião pública estão sem representação para dizer o que pensam para falar do seu descontentamento.

E o que temos?

"Um partido que não pode pensar em ser Governo e outro que não pode pensar sem o Governo", segundo o Deputado Aldo Fagundes em sua estréia, dia 14 de março, na tribuna da Câmara, como líder do MDB. E explicou que um faz a oposição que lhe é possível fazer, dentro de um quadro institucional duro e inflexível, que quer alterar mas não consegue; o outro legaliza as decisões políticas, sistematicamente tomadas fora de seus quadros.

Um comentarista internacional foi mais longe e disse que no Brasil, até bem pouco tempo, havia dois partidos: um do "sim" e outro do "sim senhor".

A crise interna do MDB não terá pretendido outra coisa — se é que ela acabou na prática — senão diminuir a entonação desse "sim" transformando-o, a qualquer preço, em um "não". Mas outro grupo achou mais conveniente apenas abrandar a afirmativa porque, existindo bichos papões chamados "AI-5 & Cia" dizer "não" — com todas as envoltórias radicais de uma negativa assim — seria cutucar o gigante com varas curtas e colocar a pele em risco.

O chamado "acordo do Rio de Janeiro" feito entre alguns homens do MDB em nome de todos os outros que não se

achavam presentes e que, por isto mesmo deixou a desejar — isto ficou claro nas reuniões subsequentes na Sala Nereu Ramos, em Brasília ao se reabrirem os trabalhos do Congresso — parece que achou o meio termo como solução: nem tanto a Deus nem tanto ao Diabo.

Agora, quando surge o problema da sucessão presidencial e das eleições parlamentares, todos os dedinhos começam a aparecer e, breve os eleitores brasileiros terão o prazer imenso de ser anfitriões outra vez: temos visitas, chegaram os candidatos.

E a Pátria voltará a ser salva em cada esquina, em cada cafezinho desses 8 milhões e meio de quilômetros quadrados.

Da mesma maneira com que o Governo está esgotando — ou já esgotou? — todas as reservas de "impacto" com suas reuniões ministeriais que entram no ar em cadeia durante a novela do horário nobre, o MDB deseja acabar de esgotar os "motivos sociais e de direito" enquanto que a Arena já esgotou a paciência pública com sua falta de iniciativa e o eterno curvar de cabeça.

Presente o prato forte da sucessão presidencial, as baterias da Oposição, sem divisionismos aparentes, vão sendo assestados para cobrar do regime o cumprimento da promessa feita à Nação pelo Presidente da República, ao assumir o cargo em 1969. E a cobrança se fará, ao que deixa transparecer o líder Aldo Fagundes, com muito maior vigor porque em 1972, no ato de inauguração do Palácio da Justiça, em Brasília, o atual Presidente deixou claro que o presente regime é o ideal para os objetivos da Revolução.

Paralelamente levantou-se a questão da formação do Colégio Eleitoral que deverá escolher o novo presidente da República. Mas até agora não se sabe quem, ao certo, comporá o Colégio. Um projeto do Executivo está na Casa, um outro, do Deputado Marcelo Medeiros (MDB-GB), também tramita e outros poderão surgir.

No final haverá bem mais uma homologação do que uma eleição propriamente dita se os dois partidos não compuserem o Colégio para que, embora indire-

tamente, o novo Presidente seja eleito "pelo povo" ou por um maior número possível de seus legítimos representantes.

A presença ou a ausência do MDB é fato de peso a considerar, portanto. O seu presidente, deputado Ulisses Guimarães deixou claro que a posição do partido em relação do Colégio, será sempre de contestação do regime indireto enquanto que no Senado, o líder Nelson Carneiro afirmou, corroborando o que dissera Aldo Fagundes, que o partido poderá lançar um candidato ou mesmo apoiar um candidato da Arena civil ou militar, desde que se chegue a um acordo sobre isto.

De uma forma ou de outra, apesar de "tudo já estar resolvido sigilosamente nos corredores do Palácio do Planalto só devendo ser divulgado no segundo semestre", a formação do Colégio Eleitoral é uma preocupação para a classe política que não deseja ver seu prestígio ainda mais diminuído. Para haver "eleição" terá que haver a participação dos dois partidos e aí está a chance do MDB "tirar partido" da coisa.

Tranquilamente, o fortalecimento que o povo espera para a classe política implica, antes de tudo, numa reforma de base mais em termos absolutos do que relativos, isto é, não de reformas administrativas das duas Casas do Congresso e sim da própria renovação de valores dos que integram as duas Casas. O que é muito diferente.

Injetar sangue novo nas veias do velho corpo político é uma necessidade tão imperiosa quanto aplicar uma máscara de oxigênio em quem está morrendo sufocado. Do contrário veremos a total decomposição das células dentro de um cadáver ambulante.

Toda a população precisa e quer ser representada no Congresso perante o Governo, mas o conformismo do MDB e o aceitação da Arena longe estão de cumprir este seu dever porque suas mensagens não sensibilizam os 50 por cento de jovens que integram metade da população brasileira. E, se não conseguem isto, que mais estão fazendo senão trair os que esperam ser representados?

## Hotéis Comodoro

Supremos na arte de hospedar



### São Paulo:

Av. Duque de Caxias, 525 — Tel. 220.1211.  
136 apartamentos. Todos de frente. Geladeira. TV. "Convention Hall". Três bares. Restaurante. Copa 24 horas por dia.

### Santos:

Praia do Gonzaga. Rua Jorge Tibiriçá, 44 — Tel. 4.0785.  
Apartamentos para temporada e fins de semana. Todos de frente. Restaurante, geladeira e TV.





## O LEITOR EM DEBATE

Do leitor Paulo de Lemos Vidal, recebemos a seguinte queixa:

"Vez por outra, anunciam o propósito do Governo de modificar a legislação da lei de sociedades anônimas, com o intuito especial de proteger as 'minorias acionárias', além de outros objetivos.

"Recentemente (*O Globo*, 14 deste p. 22), voltou o assunto à baila e, com o fato, a esperança de alguns minoritários acionistas da antiga FINCO S.A. Crédito, Investimento e Financiamento.

"A citada empresa, que pertenceu ao grupo Lowndes, em 1971, foi vendida ao grupo Rique (Banco Industrial de Campina Grande) e então incorporada à Campina Grande Crédito, Financiamento e Investimento.

"Em junho do ano passado, o grupo Rique resolveu se desfazer de suas empresas e vendeu-as ao grupo (ou conglomerado) do Banco Mercantil de Minas Gerais. Este, como já possuísse uma financeira, vendeu a mencionada financeira a Inter-Americana, Crédito, Financiamento e Investimento. E assim, desde 1971, os acionistas não recebem dividendos e qualquer outra satisfação. Entretanto, o grupo atual mostra-se disposto a adquirir qualquer quantidade de ações da já mencionada Campina Grande, desde que a bom preço.

"E desta forma, Sr. Redator, o acionista minoritário, não tendo para quem apelar, vem apelar para o JORNAL DE DEBATES.

"Não adianta tentar o Banco Central. Lá respondem que não são órgãos de consulta e nem lhes cabe verificar se os dividendos de uma sociedade anônima foram ou não pagos, embora mesmo se cogitando de uma financeira.

"O! tempos, e que costumes!"

Pois é, amigo Paulo. Na hora de defender o patrimônio dos menos abastecidos, todo mundo tira o corpo fora. Use o nosso espaço à vontade.

### As mentiras dos jornais

O leitor Guilherme Monteiro Filho, escreve de Pereira Barreto — Noroeste de SP — para dar umas alfinetadas no comportamento da nossa imprensa, que de acordo com o seu relato, parece "comprometida num complot para subtrair a verdade da informação e agredir, num compasso de cólera mesquinha, personalidades nacionais e internacionais não afinadas com seus padrões de comprometimento interno e externo".

"O *Jornal do Brasil* — diz ele —, visivelmente fazendo o jogo do patronato norte-americano, chegou ao cúmulo de afirmar, em manchete de primeira página — repetida em página interna — que *A Venezuela Quer Deixar os EUA Sem Combustível*." Garante ele que ninguém "melhor que os homens do JB, sabe que a informação é falsa e propositalmente tendenciosa. Tanto assim — arremata —

que o próprio texto da matéria desmente o título safado". E pergunta: "Será que este título foi mandado pelo Serviço de Imprensa da Embaixada Americana, com um cheque anexo, ou terá sido ditado pelo telefone, diretamente de Nova York, por Nelson Rockefeller?" E prossegue o indignado leitor paulista dizendo que "Alberto Dines, Nascimento Brito e a própria condessa Pereira Carneiro sabem muito bem que no coração da América Latina a Venezuela foi um dos países mais explorados pelo colonialismo norte-americano, nos últimos 25 anos". Acrescenta que o próprio JB "registra, no texto, recebido da insuspeitíssima (no caso) UPI, que o ministro venezuelano dos hidrocarbonatos, Hugo Perez La Salvia advertiu os norte-americanos, europeus e asiáticos (japoneses) no sentido de que se preparassem para limitar o consumo de petróleo, porque os países produtores não tolerariam que se esgotassem suas reservas, necessárias ao desenvolvimento de suas indústrias (economia)", mas que os diretores do jornal só viram no telegrama ameaça contra os EUA, esquecendo-se de que a Europa e a Ásia também existem."

NR: Guilherme cita na mesma mixórdia de comprometimento do JB, os jornais: *O Estado de São Paulo*, as *Folhas* — do Frias — e outros tantos, mas com maior furor ilimitado desanca *O Globo*, da Guanabara. São seis laudas recheadas de verdades realmente lastimáveis. Mas que podemos mais dizer nós do *O Globo*? Deixa pra lá Guilherme, todo mundo sabe que a folha dos *Marinho* não tem competidor em matéria de desinformação. E só a compra para ver os anúncios, se tem interesse no dia. Quanto ao JB, primeiro um reparo: tira o Dines da tramóia. Ele é empregado e não herdeiro e negociador das opiniões editoriais, como o Nascimento Brito, que faz abertamente o jogo dos interesses norte-americanos e, desse modo vai garantindo a fase de expansão da empresa, que já se apresta para colocar no ar sua estação de TV. Olha Guilherme, embora toda a chamada grande imprensa seja vendida, facciosa, subalterna e velhaca, de vez em quando alguns órgãos se penitenciam e soltam umas verdadezinhas incômodas. É lógico que neste rol não podemos incluir o *O Globo* e as *Folhas de São Paulo*. Mas seja tolerante com o *Estado* e o JB. Caso não tenha estômago para agüentar mais o comportamento deprimente — mas regamente pago — deles, aceite um conselho nosso: leia apenas o *Jornal de Debates* e *Opinião*. Estes não se vendem. Obrigado pelas sugestões e escreva sempre.

### Educação versus Educatura

De Alcindo Neves da Costa, de Belo Horizonte (MG):

"Um colega de faculdade me colocou a par do lançamento do *Jornal de De-*

bates", fazendo ao semanário boas referências. Tratei de adquirir um exemplar, o de no. 3. Sinceramente ele satisfaz a expectativa. Dele se destacam principalmente três artigos. O de Roberto da Matta sobre "Carnaval, uma insurreição popular inconsciente", o de Nelson Brito, "A Máfia da Indústria Farmacêutica" e o de Adalberto Paranhos, "A Nossa educação não saiu da era das cavernas". Quero destacar o último em especial porque raras vezes alguém falou com tanta propriedade sobre o que o autor chama de "educatura", ou misto de educação e ditadura. O trabalho, conscienciosamente elaborado do começo ao fim, tem muito de revelador, sem falar no seu significado em termos de denúncia social numa época em que as massas assistem impassivas à *mobralização do ensino*, ministrado quase sempre sem relação com um contexto social e político cristão e humanista. Eu que já conhecia a Adalberto Paranhos através de trabalho publicado na revista "Ciências Políticas e Sociais" quero cumprimentá-lo e a toda a equipe do jornal pela coragem dos temas abordados.

"Desejaria ainda saber um pouco mais, se possível, da *"Pedagogia do Oprimido"*, desde excepcional educador brasileiro que é Paulo Freire, que, bancando o holandês, está pagando pelo mal que não fez."

NR: Suas palavras, longe dynos encherem de vaidade, advertem a todos nós das responsabilidades de fazer imprensa a sério no Brasil, o que, como diria o turco, é hoje em dia, um caso "sério". . . Quanto a outros aspectos revelados pela *"Pedagogia do Oprimido"* nada melhor que a transcrição das palavras de Ernani Maria Fiori na chamada de contracapa: "Em um regime de dominação de consciências, em que os que mais trabalham menos podem dizer sua palavra, e em que imensas multidões nem sequer tem condições para trabalhar, os dominadores mantêm o monopólio da palavra, com que mistificam, massificam e dominam".

### Quem está mentindo ?

A carioca Denise Maria da Consolação, tijuana que transa sua exuberância morena lá pelo Castelinho, sugere com cândida inocência que abramos espaço para coisas mais amenas, como "promoção da beleza feminina, decoração, artes plásticas" e outros babados. Mas no final de sua carta — muito bem escrita — despeja maliciosamente uma dose de veneno na política carioca, indagando: "Quem está mentindo dos dois, o Chagas Freitas ou o general Milton Gonçalves?"

No começo ficamos intrigados com a pergunta, mas logo vem a explicação de Denise: é que o Chagas, em entrevista a *O Globo*, está anunciando que antes de deixar o governo da GB vai entregar ao

público o trecho da linha do Metrô — que ele equivocadamente chama de prioritário —, de três quilômetros, que ligará a Central do Brasil ao Largo da Glória. Isso pouco depois de o general Milton Gonçalves, presidente da inexistente empresa, ter declarado que somente em 1976 este percurso ficará pronto."

NR: Olha Denise, não vai atrás do Chagas nem do Milton Gonçalves. Nenhum dos dois tem noção de responsabilidade e pouco ligam por ficarem dizendo besteiras desta ordem, só um festival de críticas de nossa população. Você vê que são tão pouco dados a seriedade que um fica desmentindo o outro e nada acontece depois.

Quanto às suas sugestões de metermos amenidades nas páginas do JD, vamos pensar no assunto. Tá? Continua escrevendo Denise, e da próxima vez dá maiores detalhes sobre tua pele, tuas transas e tua turma da faculdade. Ok?

### O festival de condecorações

Raimundo Nonato nos envia de Belo Horizonte (MG) uma relação muito bem elaborada em matéria de nomes e datas, provando que "nunca tantos condecoraram tantos e foram por tantos condecorados no Brasil, após o advento da nova ordem que tanta gente descondecorou". Malicioso e sarcástico ele observa que "ninguém sabe ao certo o porquê (?) desse fertilíssimo festival de condecorações".

NR: Olha Nonato, se tu não sabes nós é que vamos saber? Deixa disso rapaz. Aquela alusão ao Jarbas Passarinho "ter saído correndo de Belém (PA) para condecorar o presidente Medici e ser por ele condecorado", foi apenas a marcha lenta do embalo. Agora acelerou mesmo. Quanto à afirmativa de que "o montante dos gastos dispendidos daria para edificar uma nova universidade", talvez seja exagero de tua parte, mas que cobriria o necessário para construir pelo menos uma nova Faculdade de Medicina, equipada com laboratórios modernos e tudo o mais indispensável ao seu funcionamento, achagnos que sim. E deixa de fazer tantas perguntas Nonato, especialmente sobre aquilo que tens as respostas. Tu bem sabes que a culpa de tudo isso deve ser atribuída a Napoleão Bonaparte. Foi ele quem inventou os crachás (crachat, em francês) com os quais simultaneamente neutralizava e ridicularizava os inimigos. Sempre que um cara estava se tornando incômodo, ele pum, sapejava uma condecoração no peito do animal, que deixava o palácio satisfeito na sua vaidade imbecil, enquanto o monarca ficava zombando dele, ridicularizando-o perante os membros da corte. Napoleão era um tremendo gozador. Como tu o és Nanato. Olha, escreve, mas trata de outro assunto. Tua onda pode afogar a gente, bicho.



# •NUAS•CRUAS•NUAS•CRUAS•NUAS•CRUAS•NUAS•

## Julgamento de Hélio Fernandes

Nosso companheiro Hélio Fernandes abriu espaço em sua coluna e escreveu, na íntegra, um malho que demos no grupo Gessy Lever, por causa do lançamento de um tijolo ("Lux de Luxo"), um sabonete que ninguém consegue segurar, suplementado por uma bateria de publicidade que induz os menos esclarecidos a adquirir o produto, na presunção de que o mesmo contém creme hidratante, o que não passa de mais um vigarismo dos espertalhões.

Olha, Hélio, em primeira lugar, o muito obrigado da turma do JD pela excelente colher (acho que foi uma concha) de chá. Em segundo, uma observação: foi contigo mesmo que aprendemos a desancar o relho no lombo do traste, que aqui instalado, insiste em desprezar e explorar nosso povo. Sua aprovação, "em gênero, número e grau", foi melhor paga que recebemos pelo nosso trabalho.

## Homenagem ao jogo-do-bicho

Quando do cinquentenário da morte de Rui Barbosa, Teresa Cesário Alvim escreveu uma interessante e bem feita crônica sobre a vida que o grande tribuno levava, quotidianamente, no casarão da Rua São Clemente. Mas *O Estado de São Paulo*, que publicou o trabalho, cortou — por irreverente — as suas linhas finais. Nestas, Teresa informava que, no dia em que Rui faleceu, todo o Rio carregou na Águia — e não deu outro bicho.

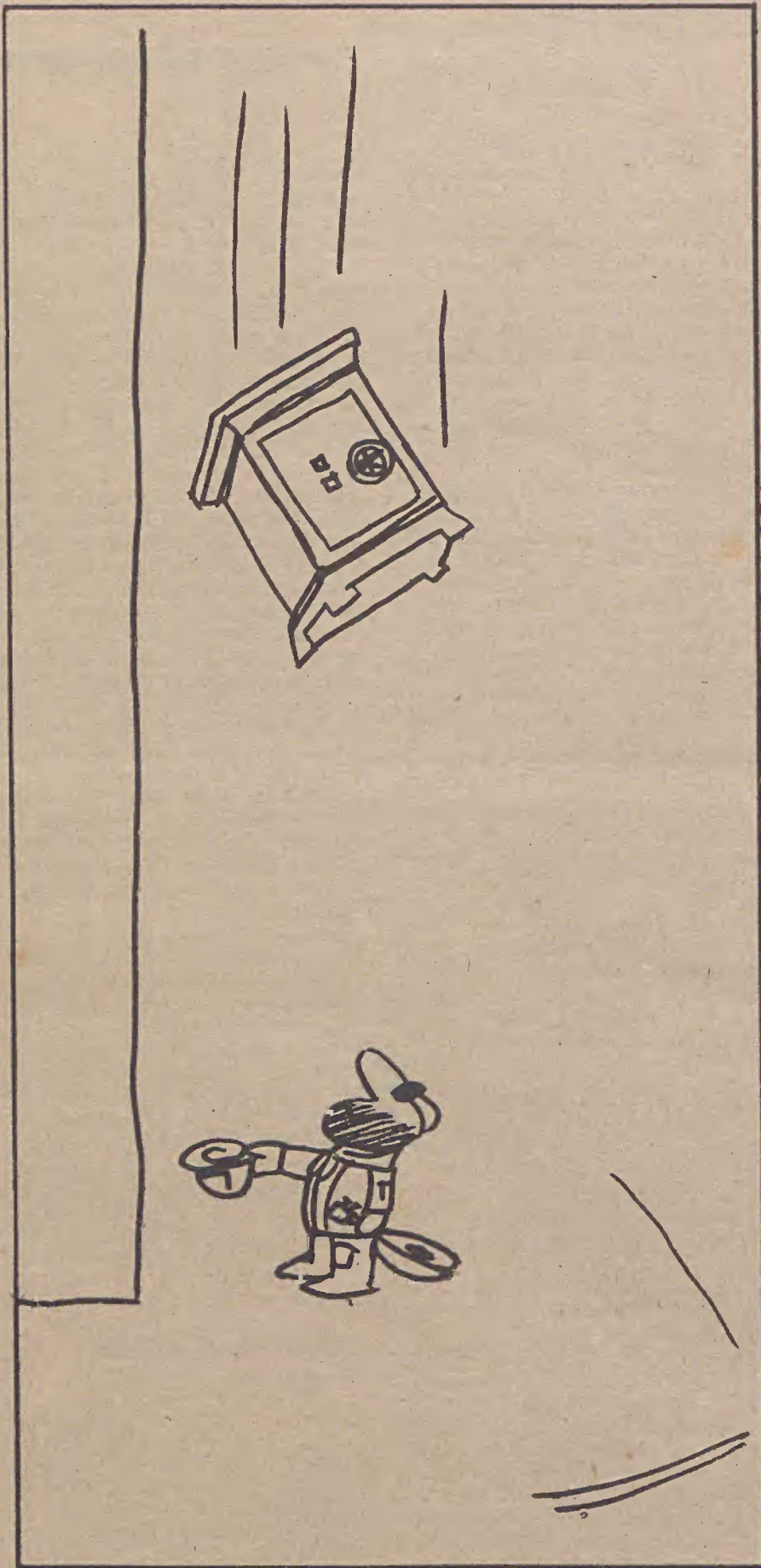
## O Ministro e a tv alienada

O recente episódio da suspensão de um animador de TV e seu programa, por apresentar um quadro considerado chocante, serviu para que o Ministro das Comunicações, Higino Corsetti, voltasse a tocar na tecla da proibição dos programas ao vivo, o que deve ser decidido a qualquer momento.

Não estamos aqui para defender o animador e muito menos o seu programa, realmente de baixo nível e de apelação. E como o dele existem muitos outros na nossa alienada televisão.

Mas não podemos concordar também com a proibição da programação ao vivo. Já existe uma farta legislação para coibir os abusos na TV. E só aplicá-la com rigor que as próprias emissoras acabarão por evitar os programas de mau gosto, para não sofrerem contínuos prejuízos. Cercar ainda mais a liberdade é que não está certo.

O Ministro Corsetti garantiu que o governo "não quer só programas água-com-açúcar". Mas o que ele entende o que seja água-com-açúcar é muito vago. Não há muito tempo, o sr. Corsetti elogiou um programa da TV Globo, o "Shazam, Xerife & Cia", o maior água-



com-açúcar da paróquia. Mas não na opinião dele.

Tirar a autenticidade dos programas, submetendo-os ao estado de espírito de uma censura nem sempre à altura de julgar o que está ou não certo, será mais um passo perigoso para a alienação da nossa cultura. Fiscalizar severamente a televisão, ou até mesmo estatizá-la, seria o passo mais correto.

## Jardim da Europa à beira-mar

Ao servir-se de açúcar em qualquer café de Lisboa, o freguês lê no invólucro: Aprender para escolher. Eduardo Bailby tomou conhecimento da frase e começou por aí o seu trabalho jornalístico como enviado do *L'Express* a Portu-

gal. Descobriu, de saída, que os lusitanos aprendem diferentemente do que desejava o governo, pois 150.000 escolhem — cada ano — ir trabalhar no estrangeiro. No último decênio, um terço da população economicamente ativa deixou o País. Um marceneiro, que se preparava para emigrar, disse ao jornalista:

— Nos tempos de Salazar, não entendíamos o que ele dizia, mas sabíamos o que queria o governo. Com Marcelo Caetano, embora compreendamos as suas falas, não atinamos com o que pretende.

O atual presidente do Conselho — é a impressão de Bailby — parece estar navegando dentro de um nevoeiro. Depois de haver feito sinais de uma abertura democrática, voltou atrás. Mas, de tal forma, que conseguiu desgostar os moderados e os ultra-reacionários. Entrevistado pelo jornalista francês, Marcelo Caetano advertiu de que não faria declarações oficiais.

Desconversou durante meia hora, falando sobre o Brasil, a África do Sul e, academicamente, sobre os problemas ultramarinos e a sangria da emigração. Quando perguntado se antevia uma solução política para a questão colonial — ou se teria de prosseguir com planos militares — respondeu que não entendia de futurologia.

A despeito das suas incertezas, o presidente do Conselho reencontrou os caminhos autoritários de Salazar. Aos que haviam acreditado na liberalização do regime, declarou que só havia prometido uma ligeira "descompressão". E o deputado Francisco Sá Carneiro, que pretendeu aproveitar a aragem, disse ao enviado de *L'Express*:

— Confesso que me enganei.

Eleito na lista do partido único, em 1969, o "enganado" — que pertence à grande burguesia da cidade do Porto — passou a sofrer até na carne dos seus negócios, enquanto Marcelo Caetano continuava hesitando e a desagradar todas as correntes "internas" do regime. Até a Igreja ficou impaciente. Dom Antônio Ribeiro, patriarca de Lisboa, confessou a Bailby:

— A incapacidade é total, mas admito que a hierarquia católica nada fez, publicamente, para ajudar a evolução do chefe do governo.

Os ultraconservadores acusam o presidente do Conselho de querer liquidar as "províncias ultramarinas". E Alberto Franco, antigo ministro de Salazar, é radicalmente contra o namoro de Marcelo Caetano com o Mercado Comum Europeu, afirmando que "o futuro de Portugal está no espaço africano".

Esse espaço, no entanto, está esgotando as energias de Portugal. Mais de 47% do orçamento nacional são consagrados ao dispositivo militar para enfrentar as guerrilhas no continente negro. E se deterioram, cada vez mais, as relações da metrópole com os próprios brancos das colônias, que se dizem sistematicamente explorados por Lisboa. E isso explica o vigor do movimento separatista da Angola.

Por toda parte, explodem guerrilhas e as bombas já estão rebentando na capital portuguesa. O Exército se bate sem saber onde Marcelo Caetano quer chegar e o País continua se esvaziando dos seus trabalhadores e dos seus soldados. Só restam mesmo os terroristas.



# •NUAS•CRUAS•NUAS•CRUAS•NUAS•CRUAS•NUAS•

## Briga de comadres

**NÃO FAZ MUITO TEMPO**, O Estado de São Paulo se dizia incondicionalmente a favor da política do sr. Delfim Neto. Agora, porém, só porque o ministro da Fazenda fez, publicamente, um rasgado elogio à administração do sr. Laudo Natel, o jornal afirma que o autor do milagre brasileiro resvala, "com frequência", para o terreno da fantasia.

**NÓS SEMPRE PENSAMOS** que o sr. Delfim Neto fosse uma pessoa amável, como todas as pessoas gordas e as pombinhas sem fel. Mas, vem

agora o Estadão e nos informa que ele roça pelas fronteiras da crueldade quando reage às críticas que lhe são feitas. Sabíamos e sempre proclamamos que o ministro da Fazenda é um simplista, que confunde concentração da riqueza com capitalização e, anti-historicamente, quer implantar — por intermédio de empresas multinacionais de exportação — uma economia extraterritorial no País. Mas não estamos de acordo com a afirmação dos Mesquitas de que o titular das nossas finanças é falho de "rigor científico" só porque elogiou o governador de São Paulo.

**NÃO DISCUTIMOS** que o chefe do Executivo bandeirante merece ou não merece as colheres de chá que lhe deu o ministro da Fazenda. Não é por ser cruel ou de fácil elogio que criticamos o sr. Delfim Neto. Mas, à parte a briga de comadres, o rompimento de O Estado de São Paulo com a política econômico-financeira é um fato alentador. A revista norte-americana *Fortune* já não poderá dizer — como disse — que toda a grande imprensa brasileira engole tudo que lhe empurra o departamento de press-releases do Ministério das Finanças.

## Vamos expulsar Peron de novo ?

Todo mundo se lembra que o ex-presidente argentino Juan Domingo Perón foi alvo de sérios constrangimentos, tempos atrás, quando, em trânsito para Buenos Aires, Montevideu, Assunção ou qualquer outro lugar mais próximo de sua nação, o avião em que viajava pousou no aeroporto internacional do Galeão. Foi impedido de descer e intimado a retornar para a Espanha. Agora, tendo reconquistado indiretamente a chefia do governo argentino, vai tornar a passar por aqui, e certamente não terá esquecido os vexames a que fora submetido. Mãos à obra rapaziada, bravos patriotas que desejam ver o sonho de Itaipu concretizado, expulsem o homem de novo. Vamos conquistar mais um título mundial em dose dupla: o da mancada e da grossura. Preparo físico e otoridade para isto é o que não nos falta.

## Nobel para Eugênio Gudin

Eugênio Gudin juntou-se a Filinto Müller e Flávio Marcílio no apoio à candidatura de Nixon ao Prêmio Nobel da Paz. Usando de uma lógica "irretorquível", o velho testa-de-ferro de companhias estrangeiras demonstrou que o presidente norte-americano sagrou-se campeão da tranquilidade de todos os povos do mundo ao mandar minar o porto de Haiphong e determinar o bombardeio maciço de Hanói. E conclui: sem essas duas ações, de "grande coragem", não teria terminado a guerra no Sudeste Asiático.

Se houvesse um Prêmio Nobel de Mistificação, nós iríamos lutar para que esse matusalém reacionário o abischoitasse.

## Ministério para Sílvio Santos

Com as autoridades atentas para os melhores valores morais e culturais do país não será de se estranhar caso o Sílvio Santos, "o animador sorriso", após uma eventual desincompatibilização de Jarbas Passarinho do Ministério

da Educação e Cultura, vier a ser convidado para ocupar o seu lugar. Durante o governo Costa e Silva pensou-se muito no Ibrahim Sued, mas ele, cogitado pela Arena carioca para disputar o governo da Guanabara, e com um olho fixo na Embaixada do Brasil em Londres, conforme afirmou em sua coluna, terminou vacilando e perdendo a vez. É verdade que não está definitivamente rifado, mas com a morte do marechal-presidente sua posição ficou enfraquecida. E não está nada fácil reconquistar o trânsito político. Mas Ibrahim sabe que quem está no poder é a elite nacional, e ele faz parte dela, logo tem possibilidades.

Sílvio Santos, no entanto, vai marcando ponto ostensivamente e já deixou o Ibrahim para trás em matéria de popularidade. No domingo retrasado (dia 18/3) ele pontificou, deixando-se entrevistar por um grupo de crianças, a respeito da falta do leite. afirmou: "Nós só nos preocupamos com os assuntos nacionais, o problema do leite é regional, portanto, não merece maiores atenções. Deverá ser resolvido o quanto antes." Olha Sílvio, já que teu bau está tão cheio de dinheiro dos incautos, paga a uma pessoa para ler pelo menos os jornais para ti, e outra, naturalmente, para interpretar o que for lido. Se tivesse feito isto não terias dito tamanha besteira. Há um quarto de século que o problema do leite aflige todo o Brasil e cada vez se agrava mais. Hoje está pior do que ontem e não se trata apenas de uma área atingida. Mas, que adianta ficar querendo te explicar isto se não vais mesmo entender nada. Chega de perder tempo, mas nem por isso vamos negar tua cotação política e social. Vais terminar mesmo sendo ministro, e tudo indica que o serás da Educação e Cultura, já que nada manjas dos assuntos pertinentes às outras pastas.

## Câmara realiza sessão decente

No decorrer de todo esse período de sessões da atual legislatura, a única reunião decente, humana e quase totalmente honesta, foi a que se realizou quarta-feira última (dia 21/3), no plenário da Câmara Federal, em homenagem a Rubem Berardo, misteriosamente assassinado dias antes em sua residência na Guanabara. E só não foi 100% honesta por-

que a Arena designou o vice-líder Nina Ribeiro para falar em seu nome. Nina, por sinal fez o discurso mais brilhante, mais comovedor e só não arrancou palmas dos seus pares porque se tratava de uma sessão fúnebre. Mas foi sensacional. Tão sensacional quanto hipócrita, pois todo mundo sabe que o diabólico representante da Arena carioca não só nutria o maior desprezo por Berardo, como o detratava permanentemente pelas costas. Invejava o sucesso político do discreto e sempre amável representante do MDB.

## Osiris Teixeira copiando Anísio

Senador por Goiás às custas de muita esperteza e demagogia, Osiris Teixeira ainda não parece satisfeito com o sucesso alcançado. E vai faturando a excepcionalidade do regime vigente rigorosamente dentro do seu figurino. Sua presença na tribuna é constante. Fala muito e nada diz que seja capaz de sensibilizar alguém, a não ser ele próprio. Os senadores mais velhos, mais tarimbados, conscientes da redução que limitou quase à estaca zero a dignidade e as prerrogativas da representação parlamentar, acham muita graça do saltitante Osiris, já apelidado, na surdina dos cochichos, como "defensor inebriado de quimeras." Mas Osiris não liga, quer é aparecer, como fazia o Anísio Rocha — este goiano honorário — que durante 8 anos de mandato na Câmara Federal só apresentou dois projetos: um instituindo a pena de morte e outro acabando com o carnaval. Quando os jornalistas o censuravam por tais besteiras, ele retrucava pressuroso: "Vocês não entendem de nada, rapazes, o negócio é a gente aparecer." E de fato no dia seguinte Anísio ganhava manchetes no País inteiro, era comentado nas estações de rádio e TV, nos bares e nas conversas de esquinas. Quanto à pena de morte, em que pese ser, como afirmavam na época todos os grandes juristas nativos, "um retrocesso inominável", Anísio sem o saber estava profetizando um anseio da revolução, que a encampou sem fazer cerimônia. Já há quem afirme até que Nixon a pretende instituir nos EUA mirando-se na clarividência do modelo brasileiro.

Mas voltando ao Osiris, sabe-se que sua grande preocupação no momento é

a criação do Ministério da Previdência Social. Suas "justificativas" são fartas, embora não convençam. Mas quem sabe irão também vingar (...). Naturalmente se ele fizesse um retrospecto da vida política brasileira, não insistiria em proposição tão descabida, a não ser que estej. Entendendo ser, ele próprio, o titular — pasta em gestação, ou tenha para ela um nome guardado no bolso do colete. De nossa parte achamos que o seu prestígio não alcança tão altos píncaros.

E para refrescar a memória do senador, podemos lembrar que já temos ministros e ministérios demais, e que o aumento do número destes em nada aproveitaria a quem quer que seja, e ainda menos aos previdenciários. Esse negócio de desdobramento de ministério só tem servido para onerar os cofres da Nação com novos gabinetes, departamentos, divisões, setores mil e uma récula de servidores improdutivos para gastar gasolina nos carros oficiais, tomar cafezinho e bater papo em luxuosos gabinetes refrigerados. Siglas de organismos novos já temos igualmente em excesso e quanto às mudanças de nomes de repartições oficiais, o processo já está totalmente desmoralizado.

O antigo Ministério da Educação e Saúde partiu-se em dois e ficamos piores. O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — que o senador quer dividir novamente — já foi repartido em dois com os mesmos resultados. E o superministério, que seria, de fato, a atual SUNAB, se fosse entregue a algum economista honesto e de prestígio, já trocou de nome quatro vezes (foi Coordenação da Mobilização Econômica — CME; Comissão Central de Preços — CCP; Comissão Federal de Abastecimento e Preços — COFAP e, finalmente, Superintendência Nacional do Abastecimento — SUNAB) e não disse a que veio, embora disponha de poderes para intervir até no domínio econômico da União. Muitos outros órgãos sofreram semelhantes metamorfoses, mas estas nunca resultaram produtivas para o povo. O exemplo da SUNAB chega para conferir, portanto é bom que Osiris acabe com a demagogia de querer extorquir o contribuinte já tão sacrificado para estipendiar um novo contingente de funcionários inúteis. É bom não esquecer este detalhe, meu caro, porque de positivo sua iniciativa só serviria para trocar o nome INPS por Ministério da Previdência Social, e nada mais.



# Filinto Revida Buzaid

## Com sutileza de Gênio

Os detratores do senador Filinto Müller insistem em afirmar que esse gênio da sobrevivência política é obtuso, permeável, contemporizador e acomodado. E quando digo detratores não me refiro, naturalmente, à seus biógrafos principais — Graciliano Ramos e David Nasser —, mas aos que o andam pichando mesmo. Juram estes que o tríplce-presidente (da Arena, do Senado e do Congresso) sempre foi bitolado, mas presumo que eles estejam confundindo manha e astúcia com bitolamento mental. E ainda me vem um partidário despeitado, que cochila sob sua liderança, afirmar que o ex-chefe de polícia da ditadura Vargas leu *Antoini de Saint-Exupéry (O Pequeno Príncipe)* e mandou jogar o livro no lixo, "porque — diz ele — não entendeu nada". Isso é menas verdade. Se ele jogou o livro fora foi pra fingir que não entendeu. Filinto nunca foi besta e sempre foi bem sucedido passando por burro — sem sê-lo, naturalmente. Outro conceito sem consistência é o que indica o velho admirador de Adolfo Hitler como eterno sacristão, esgoelado de tando dizer amém a tudo. Nada mais falso. Até para ele a chateação, a desconsideração, o abuso têm um ponto de tolerância. Não podem passar daí.

### QI SUPERIOR

Olhem pichadores, não sou nenhum mestre em filintologia, não admiro o senador em foco, mas sou forçado a focalizá-lo para provar que ele, à margem outros defeitos, tem um QI (quociente de inteligência) muito acima dos de Roberto Campos, João Paulo dos Reis Velloso, Otávio Gouveia de Bulhões, Gustavo Corção, Adonias Filho, Eugênio Gudin, Josué Montelo, Odilo Costa Filho e outros bípedes por aí afora, sejam ou não maranhenses. E se alguém tiver dúvidas a este respeito, é só perguntar ao Zé Sarney, para ver se não estou com a razão. E vejam que não sou preconceituoso, discriminador ou regionalista. Nem todos estes caras daí de cima são maranhenses. E até lá tem gente boa, honesta, inteligente, embora nem tanto quanto o Filinto, mas tem. Perguntem ao Sarney, ele é de lá. Ao Vitorino Freire não vale. Ele foi dono do Maranhão, mas é filho de Arcoverde (antiga Rio Branco), em Pernambuco, onde não lo-graria eleger-se vereador.

### INCOMPREENDIDO

Após ter tomado uma extensa variante para considerações pouco oportunas mas esclarecedoras, eis-me de volta a te-se aparentemente indefensável, que promove Filinto — presentemente o mais bem aquinhado varão da República em matéria de cargos políticos — o rei da sutileza, proeza esta somente alcançada

por animais de QI superiores. Dizeque Filinto é oportunista parece ter sentido enxovalhatório, mas quem assim pensar incorre em erro de proporção. Admitir que ele não vê, não entende e prefere deixar como está para ver como fica, também representa asnice. Filinto, exatamente por causa desses aparentes defeitos, que pouco se lhe dá sejam contemplados pela plebe ignara sob primas deformados, converteu-se, definitivamente, no maior repositório da inteligência tupiniquim. Fatos recentes provam esta afirmação.

### INDEFENSÁVEL

Pouco depois de "eleito" e empossado na presidência do Senado, o distinto (o distinto é ele, Filinto) se regalava meditando, considerando a burrice periférica e o seu próprio sucesso, quando o menino Franco Montoro (MDB-SP) irrompeu no Plenário com uma bomba de 100 bilhões de megatons: o telegrama de Júlio Mesquita a Ulisses Guimarães, dando conta de que o ministro Alfredo Buzaid não poupava sequer os pronunciamentos dos principais líderes do governo", dentre os quais relacionava, nominalmente, os baianos Rui Santos (1.º secretário da Casa), Heitor Dias e o não baiano Petrônio Portela (líder do governo e da Maioria), que recém havia passado a Filinto a presidência da Câmara Alta. Montoro com aquele prato na mão não era besta de deixar que os adversários metessem a colher. E mandou brasa. Explorou o treco em termos de ignomínia, insulto, exorbitância, falta de consideração, de respeito e enxovalhamento simultâneo — o que era verdade — das representações políticas, do Senado como instituição e, "o que é pior — disse ele — das lideranças e das amizades do presidente da República". Ora, ninguém melhor que Montoro para jogar lenha numa fogueira. E muito particularmente se esta fogueira servir para fritar suas sardinhas. Os homens do governo não tinham moral para refutar as acusações, pois sabiam-nas procedentes. Os apateantes habituais baixaram as cabeças como crianças preencididas depois do roubo do pudim. Petrônio Portela, afrontado em seu amor próprio, deixava transparecer toda sua irresignação de inquieto despejado; Rui Santos, bem no fundo do seu íntimo imperscrutável, parecia estar lembrando de Barbosa Lima Sobrinho, que com sua autoridade de ex-governador e senador eleito (de fato) pelo sufrágio universal, direto e secreto do povo pernambucano, não se cansa de afirmar no JB que "ser deputado ou senador atualmente não vale nada". Quanto ao tímido Heitor Dias, coitado, dava pena vê-lo bufando de raiva, do Buzaid, sem dúvida, e sem poder encarar o Mon-

### PRIOR SECULAR PROFANO

toro nos olhos. Como investir contra o orador? Era impossível. E o festival continuou por longo tempo. Toda a bancada arenista engolia a pílula em seco, tal era o nervosismo. Calmo, mas calmo mesmo, só um demônio: Filinto Müller. Assistia impassível, através do magnífico serviço de som, a mais inusitada defesa de sua vida. Sim porque era o MDB quem se encontrava na tribuna, por intermédio de Montoro, defendendo a dignidade do Senado e dos senadores governistas, dentre eles um líder da bancada e dois outros amigos diletos do presidente da República, mas que para o ministro da Justiça valem bem pouco ou nada.

### SÓ PRA CHATEAR

Mas como eu disse antes, calmo mesmo, sem perder a fleugma, só o garboso Filinto. O mal-estar dominava todo mundo, principalmente, como é óbvio, o time da Arena. E Montoro, mais vivo que padre pedindo óbulo para a Igreja, só encaçapando bolas no fundo da rede governista. Fazia gol de cambalhota, de folha seca e, como havia dois baianos no time adversário, saiu para a capoeira e derrubou a equipe no tapete. Mas, Filinto, impassível, continuou de pé. Osso duro de roer estava ali. O escore já ia alto e a zero, mas não chegaria ao final desse modo. O discípulo de Maquiavel estava ferido mas não de todo incapaz de desencabular a partida. Tramava a maneira de pelo menos marcar um tento para conferir as redes adversárias. E de repente descobriu a fórmula mágica, já quando seus companheiros afirmavam não haver saída honrosa para aquele banho fecal. O inconformismo resultava de uma conclusão indubitável: só pra chatear, pra mostrar que deputado e senador, conforme dissera antes Barbosa Lima (não custa repetir), seja de que partido for, não valem nada atualmente, não merecem qualquer consideração, o ministro indistintamente, os discursos proferidos na sessão especial promovida pelo Senado para reverenciar a memória de Rui Barbosa, pelo cinquentário de sua morte. Rui foi, com licença do doutor Pedroso Horta, que é outra parada, um espinho na garganta de Floriano Peixoto. E ainda teve a "levianda-

de" naquele tempo de caça às bruxas, de perambular pelos tribunais defendendo pessoas perseguidas e injustiçadas. Onde já se viu maior subversão senão na época do marechal-presidente. E Rui era o cabeça dela, tendo descido à suprema "ousadia" de impetrar *habeas corpus* em favor de adversários do governo. Não tenham dúvidas não. Se ele estivesse vivo agora, das duas uma: ou estaria cassado ou na cadeia, que é o lugar próprio para "gente de sua espécie". Eu não sei porque os senhores ficaram chiando, quando o bondoso doutor Buzaid, num rasgo de dosada liberalidade, ainda deixou que realizassem a tal sessão especial. Não acham que ele permitiu o máximo? Nem mesmo Filinto parece ter compreendido esse gesto de magnanimidade do ministro. Tanto assim que quando resolveu marcar o seu tento desviou propositalmente a bola da baliza do MDB para a do Alfredo. E deu um bico tão forte que a bola quebrou as mãos do goleiro, arrombou as redes e foi produzir outros estragos no Planalto.

### A SUTILEZA

A estratégia de Filinto foi tão sutil que pouca gente a percebeu de imediato. Mas ele, sem proferir uma palavra no Plenário, pagou com moeda mais forte a mercadoria do ministro. Já que rebater a denúncia de Montoro era impossível, na base da oratória, decidiu ele que naquele momento o mais eloquente para seu revide seria o silêncio, e nada disse ali. Mas se dirigiu ao Comitê de Imprensa, reuniu os jornalistas e, sob a alegação de que estava cumprindo com um dever de cortesia após sua investidura na presidência do Senado e do Congresso Nacional, disse: "Senhores pedir-lhes que divulguem os nossos trabalhos, mas rogo-lhes que nunca abram mão do sagrado direito de crítica". Referiu-se ao fato de sempre ter mantido as melhores relações de amizade e cordialidade com os homens de imprensa ao longo de toda sua vida pública e salientou que "as críticas aos parlamentares, ainda que infundadas, não acarretam prejuízos ao Parlamento em si", mas "as notícias carentes de fundamento, desinformadas, injustas ao Legislativo" — estas sim — "são sempre negativas à instituição".

Como vocês podem verificar a resposta de Filinto foi contundente e teve endereço certo. Isto é ou não ter senso de oportunidade para agir na hora precisa, atirando e acertando o alvo na mosca? Montoro vibrou com a precisão do atirador e deve ter pensado o quanto é bom não se ficar sob a mira olho de falcão.

O doutor Filinto já está saturado de tanto entrar em frias por causa do sectarismo buzaidiano. E dessa vez salgou o cozido do ministro pra valer.

### JORNAL DE DEBATES

**DIRETORES**  
Limeira Tejo  
Nelson Brito  
**SUPERINTENDENTES**  
Genilson Gonzaga (GB)  
Milton S. Passos (SP)

**EDITORES**  
Vinícius Seixas (RIO)  
Adalberto Paranhos (SP)  
Euro Arantes (MG)  
**SECRETÁRIO**  
Antônio Araújo

**ARTE**  
Erik Weiner  
**MONTAGEM**  
Lino Carvalho  
**ILUSTRAÇÕES**  
Camargo

Redação e Administração: Rua Senador Dantas, 117, conj. 2124, tel. 232-9908 (rede interna), Rio-GB • São Paulo: Av. São João, 239, grupos 1 e 2, 7o. andar, tel. 36-2196 • Belo Horizonte: Rua Desembargador Drumond, 111, tel. 26-0669 • Correspondentes no Brasil — Pedro Campos (Brasília), Mário Lima (Salvador), Nivaldo Serpa (Recife) e Paulo Maia (Vitória) • Representantes em Bonn, Roma, Paris e Nova York • Composto e impresso (eletronicamente) na Gráfica Editora Jornal do Comércio, o JORNAL DE DEBATES — propriedade da Editora Tejo Ltda. — é distribuído para todo o Brasil pela Abril S/A Cultural e Industrial, Rua Emílio Goeldi, 575, Lapa, SP. Preço do exemplar atrasado: Cr\$ 2,50.